

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da INEPAR S.A. Indústria e Construções (INEPAR) e informações consolidadas das empresas controladas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal.

As demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A EMPRESAS

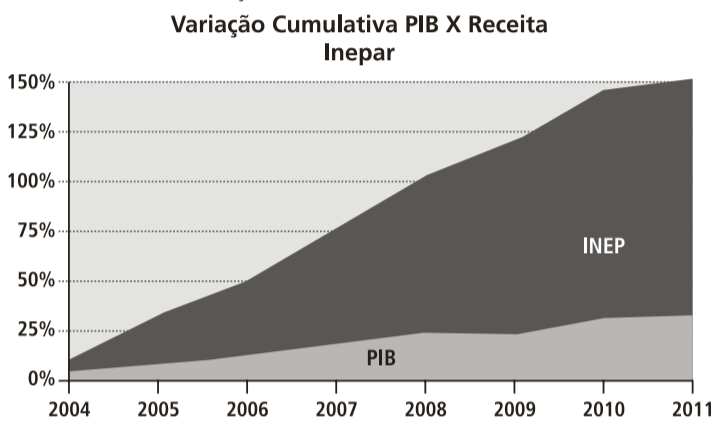
Somos uma empresa especializada no fornecimento de sistemas integrados, equipamentos e serviços para as áreas de infraestrutura, voltada principalmente aos setores de energia elétrica, óleo & gás, mineração & siderurgia e transporte metroferroviário.

Contamos com um dos maiores e mais bem equipados parques fabris da América Latina, localizado em Araraquara, no interior do Estado de São Paulo, onde são fabricados nossos equipamentos pela controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

O setor de energia elétrica continua demandando grandes investimentos em infraestrutura, pois as taxas de consumo de energia elétrica apresentam índice de crescimento superior ao PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, o que faz a controlada IESA, em conjunto com a joint-venture AHL – Andritz Hydro INEPAR, vislumbrar a continuidade de grandes oportunidades de novos negócios, principalmente na área de hidrogeração.

No setor de Óleo & Gás, o cenário mercadológico mostra-se também muito promissor, devido ao plano de investimento já anunciado pela Petrobras, confirmado pelo sucesso de seu plano de capitalização na descoberta de novos campos de petróleo na área do pré-sal, bem como no aumento do preço internacional do barril de petróleo, que viabilizará investimentos em plataformas de exploração e de produção de petróleo, novas refinarias e novas plantas de processamento de gás que demandarão a fabricação de equipamentos, sendo de até 70% de conteúdo produzido no Brasil, conforme orientação da ANP (Agência Nacional de Petróleo). Destacamos a consolidação no mercado da TIISA (Triunfo Ilesa Infraestrutura S.A.), joint-venture criada pelas empresas IESA e Triunfo que uniram seus conhecimentos tecnológicos e de gestão para atender as áreas de infraestrutura nos segmentos ferroviário, metroviário, saneamento básico entre outros.

A receita da Companhia nos últimos 10 anos tem crescido constantemente superando em termos relativos aproximadamente 2,7 vezes o crescimento do PIB brasileiro. Nos últimos 6 anos (2006-2011) esta proporção foi ainda mais acentuada chegando a 3,7 vezes, quando a Companhia registrou um crescimento médio anual de 15,4% versus um crescimento de 4,2% do PIB. Para fins de ilustração, comparamos no gráfico abaixo as variações cumulativas de crescimento do PIB e as variações do crescimento da receita da INEPAR.



Importante fator para manutenção do crescimento é o aumento da carteira e o foco em infraestrutura. Por se tratar de bens de capital com característica de longo prazo e com ciclo produtivo dos projetos geralmente de 2 a 4 anos, nossa companhia é de uso de capital-intensivo.

Baseado na divulgação dos investimentos públicos federais para 2012, que poderão ultrapassar 20% do PIB, bem como no Plano de Investimentos de grandes companhias brasileiras como a Petrobras, Vale do Rio Doce, CSN, Usiminas e outras, vislumbramos anos de continuidade de crescimento, uma vez que as nossas empresas estão focadas e preparadas para aproveitar o desenvolvimento em infraestrutura do País, contribuindo também para isso os eventos da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

MERCADOS DE ATUAÇÃO

Segmento de Geração & Equipamentos

As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m² de terreno e área coberta superior a 140.000 m², são as seguintes:

❖ **Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração:** A IESA/INEPAR tem uma longa tradição de fornecimento para ambos os mercados, onde mais de 2.500 pontes rolantes já foram fornecidas, além de inúmeros equipamentos para movimentação de minério. Recentemente, foi fornecida uma das maiores retomadoras de minério tipo portal do mundo.

❖ **Divisão de Equipamentos de Processo:** Abrangendo o mercado de refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia, a IESA/INEPAR possui tecnologia para fabricar e montar unidades de processo, sendo considerada uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras, cujo mercado movimentará grandes investimentos nos próximos anos.

❖ **Divisão de Geração de Energia:** A IESA/INEPAR é fabricante exclusiva da Andritz Hydro INEPAR para geradores e turbinas. Este mercado apresenta previsão de grandes investimentos conforme PAC 2 até 2014, sendo que já estamos participando ativamente nos projetos do Rio Madeira (usina hidrelétrica Jirau e usina hidrelétrica Santo Antônio) e assinamos, já no início de 2011, contrato para o fornecimento de equipamentos para a usina hidrelétrica Belo Monte, empreendimento este que se trata da terceira maior usina hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Itaipu e da chinesa Três Gargantas.

❖ **Divisão de Equipamentos Hidromecânicos:** Com expressiva atuação no mercado nacional, a divisão de equipamentos hidromecânicos produz comportas, condutos forçados, grades, barramentos blindados e servomotores, tendo participado de grandes empreendimentos de geração de energia como Campos Novos, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito, entre outros.

❖ **Joint-Venture Andritz Hydro INEPAR:** A partir do ano de 2008, foi iniciada uma nova fase em nossa joint-venture na área de hidrogeração, agora denominada AHL – Andritz Hydro INEPAR, onde a participação da INEPAR é de 50% do capital. O setor de geração de energia elétrica continua aquecido principalmente pelos projetos em andamento de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. Outro fator relevante deste setor é a usina hidrelétrica de Belo Monte, a terceira maior usina hidrelétrica do mundo com geração de 11.181 MW, e a maior do mundo em implantação, o que nos permitirá um crescimento significativo até 2013. Contribui para isso a construção pela Andritz Hydro INEPAR do 1º laboratório de Ensaios de Modelos Reduzidos para Turbinas Hidráulicas do Brasil. O laboratório foi estrategicamente construído dentro do parque industrial da IESA/INEPAR. O empreendimento é, sem dúvida, um marco importante da engenharia nacional, pois apresenta a capacidade para testar os principais tipos de turbinas hidráulicas, cobrindo desde baixa até altas quedas. O projeto do laboratório e os equipamentos mecânicos foram desenvolvidos e fabricados no Brasil, mas englobam os conceitos dos principais laboratórios instalados ao redor do mundo e a experiência de seis décadas de engenharia da INEPAR S.A., além de contemplar o "estado da arte" em instrumentação e sistemas de aquisição de dados. O sistema de comando e controle do laboratório é repleto de recursos que permitem a automação de testes a níveis superiores dos demais laboratórios no mundo. A carteira total de encomendas da AHL – Andritz Hydro INEPAR em Dezembro de 2011, apresenta um montante de R\$ 976 milhões em fornecimentos de equipamentos.

❖ **Divisão de Compensação Reativa:** A área de Compensação Reativa atua fortemente nos setores de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, com a fabricação e fornecimento de equipamentos para melhorar a eficiência dos Sistemas Elétricos. Proprietária de toda a tradição e competência da marca INEPAR CAPACITADORES, possui um portfólio que integra os maiores fornecedores de bancos de capacitores e filtros de harmônicos do sistema elétrico nacional. A fábrica de capacitores, situada em Araraquara, é uma das instalações mais modernas na América Latina, e mantém convênio para suporte tecnológico com a empresa General Electric Americana, líder tecnológica mundial no segmento.

Segmento de Construção & Montagem

Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento, este segmento apresenta grande potencial de crescimento principalmente em função dos eventos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas 2016. Com previsão de investimentos de grande vulto entre 2011 e 2014 por conta do PAC 2, a IESA/INEPAR está diretamente inserida neste nicho de mercado e as seguintes divisões:

❖ **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e fabricação de trens de passageiros, tendo performado contratos para a CPTM (SP), Central (RJ), Metrô-SP, Metrô-RJ e Metrô-Brasília, com tecnologia própria e fábrica com infraestrutura de saída direta para trilhos. Este segmento apresenta, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de carteira e encomendas de R\$ 246 milhões.

❖ **Divisão de Infraestrutura e Saneamento:** Através da nossa joint-venture TIISA – Triunfo Ilesa Infraestrutura S.A., atuamos nas áreas metroviária, ferroviária, saneamento e outros. Em virtude da grande necessidade de investimentos em mobilidade urbana e transportes sobre trilhos, além da retomada dos investimentos nas ferrovias, esta divisão teve crescimento expressivo, conquistando em pouco tempo grandes contratos com os clientes Metrô-SP, CPTM, EBTU, SABESP, DAEE, CBTU, Transrodessina (TLRS), VALEC e DNIT. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de encomendas atingiu R\$ 778 milhões.

Segmento de Óleo & Gás

No mercado de óleo & gás, estamos fortalecendo nossa participação, através da subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.

A IESA Óleo & Gás apresenta, em 31 de dezembro de 2011, um saldo da carteira de encomendas de R\$ 1,9 bilhões, que lhe possibilitará nos próximos exercícios um desempenho superior aos anteriores.

Destacamos importantes projetos da nossa carteira em execução, como o contrato para implantação da unidade de hidrocrackamento (HDT) do Comperj, através do consórcio entre a Ilesa Óleo & Gás, Queiroz Galvão & Galvão Engenharia, e do contrato para fornecimento da plataforma de produção de petróleo P63 em consórcio com a Construtora Camargo Corrêa. O cenário mercadológico mostra-se sólido, devido aos investimentos já anunciados pela Petrobras, confirmado pelo sucesso de seu plano de capitalização e descoberta das reservas da camada do pré-sal, associado à cláusula da ANP (Agência Nacional de Petróleo) de conteúdo nacional, a qual estabelece a fabricação no Brasil de até 70% dos empreendimentos para exploração e produção.

Além da base de operações off-shore de Macaé – RJ, para atendimento às plataformas que operam na Bacia de Campos, a IESA Óleo & Gás concluiu em 2011 uma nova base de operações off-shore na Baixada Santista no município de São Vicente com o objetivo de atender as plataformas que operam na Bacia de Santos e também as necessidades de manutenção da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatuba (UTGCA).

A empresa possui todas as classificações e certificações exigidas pela Petrobras que a qualificam como fornecedora classe A, permitindo a participação nas mais importantes licitações de engenharia, fornecimento, serviços e montagem para Petrobras.

Destacamos em 2011 a obtenção de licenças para a implantação de uma unidade de produção de módulos para plataformas de petróleo, no município de Charqueadas, Rio Grande do Sul, visando nossa participação do expressivo incremento deste mercado com as licitações para a camada do Pré-Sal.

Nesta unidade, investiremos aproximadamente R\$ 80 milhões de reais de forma a dotá-la de capacidade para produção de até 20 módulos simultâneos. A unidade será construída em uma área de 300 mil m² e a expectativa é de geração de 1.200 empregos diretos e indiretos. A Companhia também está atenta às oportunidades de construção de usinas termelétricas, principalmente a gás natural, existindo boas perspectivas de negócios nesta área a curto e

médio prazo.

OUTRAS PARCERIAS

A Companhia continua na busca de parceiros tecnológicos e ou comerciais para maximizar participações e resultados nas diversas divisões de negócios em que atua.

Neste sentido, em agosto de 2011 a INEPAR assinou um Memorando de Entendimento com a Hitachi S.A., visando a formação de uma nova joint-venture para construção de carros novos de Trens, Metrô e Monorails para transporte urbano de massa.

Assinamos, em 10 de Setembro de 2010, com a Innovida Factories Ltda. instrumento para a constituição de uma joint-venture com tecnologia inovadora e pioneira na construção de habitações populares e outras aplicações em construções civis. Posteriormente em 2011, a INEPAR S.A. adquiriu 100% da Innovida conforme detalhado mais adiante.

CERTIFICAÇÕES

Para atender às exigências de mercado, a INEPAR e as suas empresas controladas e coligadas estão qualificadas com as seguintes certificações:

- Certificação na área nuclear
- Certificado ISO 9000
- Certificado Selo Asme
- Certificado Onip
- Certificado ISO 14.001 – Gestão ambiental
- Certificado OHSAS 18.001 – Gestão de segurança e saúde no trabalho
- Certificado ISO 29001

REESTRUTURAÇÃO

A Companhia vem ao longo dos últimos anos reestruturando suas operações visando criação de maior valor aos acionistas e focando recursos em seu "core business".

Nos exercícios de 2009 à 2011 a Companhia elevou o seu capital em aproximadamente R\$ 224 milhões, obtendo recursos ao capital de giro das controladas, bem como a eliminação de passivos decorrentes das debêntures em circulação, resultando em melhoria da situação econômico-financeira.

A Administração vem avançando nas negociações junto ao BNDES, visando à reestruturação total das dívidas, com alongamentos dos prazos de pagamentos e novas condições contratuais, visando como resultado diminuir o custo financeiro e melhorar a proporção dívida/patrimônio líquido.

Em continuidade às negociações junto ao BNDES com o objetivo de efetivarmos a última etapa da reestruturação total da dívida, em 2011 houve a incorporação pela INEPAR S.A., da INEPAR Energia S.A., o que permitirá o repasse da participação de 16,08% na CEMAT (Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.). Continuamos avançando na conclusão desta reestruturação junto ao BNDES que esperamos finalizar ainda no primeiro semestre de 2012. Em 2011 foram repactuados cerca de R\$ 346 milhões com o BNDES, a saber:

i) Em agosto foi concluída a negociação para reescalonamento da dívida da INEPAR Equipamentos e Montagens S.A., decorrente das debêntures de sua emissão, com prazo para pagamento em 120 parcelas mensais.

ii) Em 22 de março de 2011, a INEPAR assinou com o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 28/02/2011, contrato para pagamento em 120 parcelas relativo ao contrato celebrado em 16/06/1999. A quitação da dívida poderá ser, a critério do BNDESPAR, realizada com futuro aumento de capital e/ou com lançamento de bônus de subscrição de ações da INEPAR S.A., desde que propostos em termos aceitáveis e condizentes com a política de recuperação de crédito do Sistema BNDES.

Com a repactuação das dívidas acima citadas, com a incorporação da INEPAR Energia e com a conclusão da transferência da participação na CEMAT haverá uma redução de cerca de 70% na dívida junto ao BNDES.

Por conta das negociações junto ao BNDES, aliado à boa situação creditícia que a Companhia goza atualmente junto ao mercado financeiro, a Administração está convencida de que a INEPAR, após o término das negociações junto ao BNDES, terá acesso a financiamentos ainda mais adequados que permitirão seu crescimento e aumento de rentabilidade.

Com referência ao equacionamento das nossas dívidas tributárias, a INEPAR e suas controladas e coligadas estão incluídas no parcelamento dos impostos e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (Refis), cujo pagamento foi parcelado em 180 meses.

Em obediência ao Plano Geral de Reestruturação dos fundadores e controladores da INEPAR S.A., aprovaram por unanimidade que todas as atividades operacionais das empresas coligadas estarão vinculadas à própria INEPAR S.A..

Dessa forma estarão sendo transferidos para INEPAR S.A., as participações em empresas hoje ligadas a Holding IAP (INEPAR Administração e Participações), como a TIISA Triunfo-lesa Infraestrutura S.A., a C.B.D. Companhia Brasileira de Diques (Estaleiro Inhaúma) e a Inovatec System (Tecnologia Inovada inédita no segmento de construção civil com diversas aplicações e ênfase inicial no mercado de habitação).

Este processo já foi iniciado em 2011, com a transferência para IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A. da participação de 20% que a IAP (INEPAR Administração e Participações) detinha na TIISA Triunfo-lesa Infraestrutura S.A. Desta forma se consolida a participação da IESA Projetos na TIISA em 50%.

Um evento altamente significativo para a Companhia será aquisição de 50% de participação no estaleiro da C.B.D. (Companhia Brasileira de Diques) localizada no Rio de Janeiro, cujo processo se iniciou em fins de 2011 e está para ser concluído já no primeiro trimestre de 2012. Como acionista majoritária, a IAP (INEPAR Administração e Participações) venderá sua participação para a INEPAR S.A., que estará pagando pela aquisição com Títulos da Dívida Pública Federal Externa (TDPs) hoje em sua carteira. Essa aquisição é muito positiva para a Companhia pois o Estaleiro além dos ativos propriamente ditos possui um contrato de locação de longo prazo para a Petrobras, o que demandará investimentos significativos no estaleiro a serem feitos pela INEPAR e pela Petrobras conforme previsto no contrato, valorizando ainda mais o imóvel e o negócio.

Cumprir frisar que todos os investimentos ali realizados passam a incorporar os ativos da C.B.D. (Companhia Brasileira de Diques) por exigência de cláusula contratual. A Petrobras contratou e está por contratar cerca de R\$ 450 milhões em obras e equipamentos para o Estaleiro. Alguns contratos de construção de plataformas já foram alocados pela Petrobras para serem realizados no Estaleiro Inhaúma.

A IAP (INEPAR Administração e Participações) estará aceitando como pagamento os Títulos da Dívida Pública da carteira da INEPAR S.A., aos mesmos valores corrigidos quando aportados na Companhia.

Com a nossa recente vitória judicial nos EUA, todo o investimento inicial originalmente feito na Innovida passou a ser propriedade da INEPAR S.A.. Desta forma, a INEPAR S.A. deixou de ser sócia da operação sul americana da Innovida para assumir a condição de proprietária única de todo o acervo técnico, desenvolvimento tecnológico e propriedade industrial relacionados com o sistema construtivo.

A inédita tecnologia construtiva baseada em polímeros compostos estruturais estará oferecendo ao mercado uma nova modalidade construtiva altamente competitiva, reduz custos e prazos de construção, aumenta qualidade dos projetos, possui diversos segmentos de aplicação, além de promover uma saudável economia energética em vista de seu formidável isolamento térmico-acústico.

Independente dos vários certificados internacionais do produto, desenvolvemos um trabalho conjunto com o IFBQ – Instituto Falcão Bauer da Qualidade e o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo para realização de todos os ensaios necessários à certificação no Brasil, notadamente ao SINAT – Sistema Nacional de Avaliações Técnicas de Produtos Inovadores, que é vinculado ao Ministério das Cidades. Os resultados tem superado as expectativas iniciais.

O protótipo de um modelo de casa projetada dentro das especificações do programa "Minha Casa minha Vida" do Governo Federal já está disponível em nossas instalações na C.I.C. Cidade Industrial de Curitiba, sendo visitada por várias instituições relacionadas a mercado habitacional.

Estaremos utilizando para esta nova atividade a nossa fábrica localizada na C.I.C. – Cidade Industrial de Curitiba onde estamos realizando algumas adaptações nas instalações para abrigar a primeira fábrica automatizada do produto Inovatec. Prevemos o início de produção experimental até o final do ano.

Todo o equipamento principal de origem alemã já está definido e encomendado. A decisão judicial nos EUA incluiu a incorporação da unidade de montagem e fabricação primária dos painéis existente em Miami, que foi transferida para uma instalação mais adequada à atividade. O nosso projeto prevê a manutenção desta unidade nos EUA para pesquisa e desenvolvimento tecnológico e para atender o mercado da América Central. Para atuação no mercado da América do Norte haverá a necessidade de uma unidade automatizada nos moldes da que estamos implementando em Curitiba. Para maiores detalhes sobre o método construtivo e tecnologia sugerimos visitar a página <http://www.inovatecsystem.com/> ainda somente no idioma Inglês.

CVM – EXIGÊNCIAS FORMULADAS

A Companhia tem discutido divergências junto à CVM e nesse sentido fez pronunciamento ao mercado, através de fato relevante no dia 16 de janeiro de 2012, cuja íntegra reproduzimos abaixo como clarificação da posição da Companhia.

"COMUNICADO AO MERCADO Nº 003/2012

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES ("IIC") vem, em complementação aos Comunicados ao Mercado revelados no decorrer da semana passada, esclarecer que: Em 17.01.2011, a IIC recebeu Ofício da Superintendência de Relações com Empresas – SEP, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, determinando que a Companhia contemplese os ajustes constantes naquele ofício quando das demonstrações financeiras de 31.12.2010. A vista da decisão da SEP, a Companhia protocolizou tempestivamente, em 09.02.2011, o recurso, tendo obtido o efeito suspensivo em 22.02.2011. Atente-se para o fato de que, apenas no final do exercício, em 29.12.2011, a Companhia foi informada da decisão a que chegou o Colegiado, em reunião realizada em 16.11.2011, na qual foi indeferido o recurso da Companhia recomendando maior conservadorismo nos lançamentos contábeis relacionados a "Contas a Receber de Cliente a Faturar" e dos Títulos da Dívida Pública Externa ("TDPs"), não indicando valores.

Em embargos de declaração proposto contra aquela decisão, a Companhia argumenta que há mais de 20 exercícios e confirmado por decisão do Colegiado da CVM no ano de 2001, adota o conservadorismo nos lançamentos contábeis dos créditos junto aos seus clientes. Da mesma forma, buscou o princípio da prudência e conservadorismo na mensuração dos TDPs com base em laudos de avaliação por empresas especializadas, de forma consistente, exigência que se encontra presente na Lei nº 6.404/76.

Cabe, ainda, esclarecer que no decorrer do curso do exercício de 2011, diversos atos e eventos foram realizados, como por exemplo, a declaração dos dividendos e a incorporação da controlada INEPAR Energia S.A., o que, poderá implicar em uma série de consequências em decorrência daquela decisão do Colegiado.

Por fim, a Companhia esclarece que está estudando medidas necessárias que permitam a solução definitiva dos temas objeto das determinações da CVM, buscando manter uma relação saudável e transparente junto aos seus acionistas, conforme comunicado que está sendo disponibilizado nesta data."

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O ano de 2011 foi marcado por importantes realizações, notadamente na área de relacionamento com investidores. Desde Março após a assinatura do Contrato de Adesão, as ações da Companhia passaram a ser listadas no segmento de Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A.. As ações passaram a compor os seguintes índices:

IGC: Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada

SMLL: Índice Small Cap

ITAG: Índice de ações com Tag Along Diferenciado

Visando melhor atender acionistas e estreitar relacionamento com o mercado, em Assembleia realizada em 11 de Maio foi eleito o Diretor de Relação com Investidores, cargo até então acumulado com a Diretoria Administrativa-Financeira, demonstrando claramente a disposição da Companhia em adotar as regras de transparências e respeito aos acionistas e investidores. Reconhecendo ainda a necessidade de uma relação mais efetiva e eficiente com o Mercado de Capitais, em janeiro de 2012 foi criado o Comitê de Relações com o Mercado de Capitais com autonomia para elaborar e implementar um plano de reestruturação abrangente que envolva todas as atividades de relacionamento da Companhia com o citado mercado. Dentro desta nova perspectiva, por decisão unânime dos acionistas controladores, foi definida a indicação de um novo membro para o Conselho de Administração referendado pelos acionistas minoritários, indicação esta já homologada por unanimidade dos acionistas presentes na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro do ano corrente.

Passo importante no caminho da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, foi a conclusão do processo de profissionalização da gestão da Companhia, passando os principais acionistas controladores a exercerem somente as funções de Conselheiros de Administração.

Estas decisões foram objeto dos Comunicados de 30.03.2011, 23.01.2012 e 31.01.2012. Em novembro de 2011 a Companhia tinha a seguinte situação acionária:

	Composição do Capital	Ações detidas pelo controlador	Ações em circulação
Ações Ordinárias	37.164.791	22.824.235	14.340.556
Ações Preferenciais	58.495.139	942	58.494.197
Total	95.659.930	22.825.177	72.834.753

Em 2012, com a Incorporação da INEPAR Energia, a Companhia passou a ter a seguinte situação acionária:

	Composição do Capital	Ações detidas pelo controlador	Ações em circulação
Ações Ordinárias	39.892.065	22.824.235	17.067.830
Ações Preferenciais	63.136.159	942	63.135.217
Total	103.028.224	22.825.177	80.203.047

Obs.: A composição acionária ainda está pendente de ajustes em face da dissidência realizada pelos minoritários e paga pela INEPAR Energia, que será objeto de adequações na próxima Assembleia Geral a ser realizada.

DIVIDENDOS DECLARADOS

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2011, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos para acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, no valor total de R\$10.492.620,07 (dez milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte reais e sete centavos).

Em virtude de uma emissão de debêntures ainda inadimplente, a justiça deferiu, em 30/06/2011, a penhora do valor integral dos proventos.

Nesta execução, os debenturistas pleiteiam aproximadamente R\$41 milhões, na data base de julho de 2011, sendo que em contrapartida, a ação revisional proposta pela Companhia, demonstra que o crédito dos debenturistas é de aproximadamente R\$20 milhões na mesma data base.

A Companhia está buscando, desde então, suspender a decisão judicial da penhora destes valores, e para tanto interpsôs agravo de instrumento, que teve mantida a decisão anterior. Diante disso, foi interposto Recurso Especial no dia 08/02/2012, que aguarda análise de admissibilidade perante o tribunal.

Independente dos trâmites das ações, a Companhia continua buscando um acordo administrativo e amigável com os debenturistas.

Vale destacar que no último aumento de capital deliberado pela Companhia, em reunião do Conselho de Administração realizada 23 de julho de 2011, os debenturistas da 2ª emissão, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Fundação dos Empregados da Cia Energética da Bahia – FACEB e Banco FATOR S.A., estes equivalentes à 47% das debêntures em execução, utilizaram seus créditos decorrentes destas debêntures para o aumento de capital da Companhia, com base no valor reconhecido pela INEPAR S.A..

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

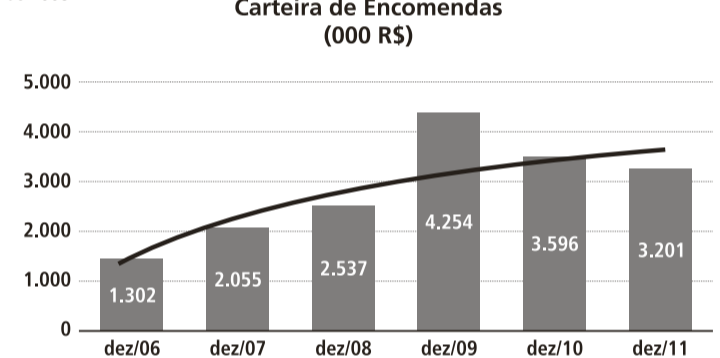
Em 2011 a Companhia realizou "Investimentos de Capital" num total de R\$ 42,4 milhões em reopercionalização, modernização e aquisição de equipamentos essenciais para os processos fabris, mantendo as necessárias condições para ampliar a capacidade fabril e a produtividade. Grande parte destes investimentos foi aplicada em projetos da IESA Óleo e Gás visando expandir e incrementar novos negócios relacionados à Petrobras.

Destacamos também que em 2011 foram investidos recursos na área de tecnologia de informação para a implantação do SAP na IESA Projetos Equipamentos e Montagens e na IESA Óleo e Gás.

Para 2012, além dos investimentos previstos na Unidade de Charqueadas - RS já descritos no capítulo sobre a IESA Óleo e Gás, planejamos o investimento em diversas áreas destacando-se na unidade de Araraquara a fabricação de uma nova ponte rolante com capacidade para 300 toneladas de levantamento e uma nova cabine de jateamento, os quais permitirão a continuidade do aumento da nossa produtividade e capacidade fabril para atender a carteira atual e ao mercado em expansão.

DESEMPENHO COMERCIAL

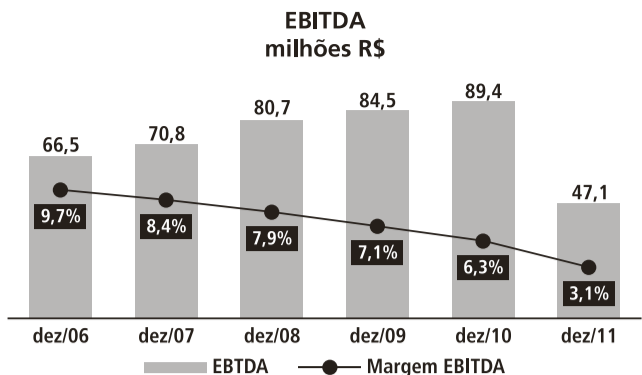
Apresentamos a seguir a evolução da carteira de encomendas e pedidos desde o ano de 2006, onde podemos verificar a evolução dos saldos a cada ano, reflexo do Plano de Reestruturação da INEPAR e de suas empresas controladas e coligadas, iniciado a partir de 2003.



No exercício de 2011 o projeto de fornecimento de equipamentos e serviços para a usina hidrelétrica de Belo Monte contribuiu para a manutenção dos níveis de 2010 da nossa carteira num ano que tivemos um faturamento recorde de R\$ 1,65 bilhões.

Nos últimos anos conseguimos alcançar um novo patamar de carteira em virtude da reorganização que a Companhia vem realizando desde o ano de 2003, com profundas e significativas mudanças no modelo de gestão, linhas de negócios e atualização tecnológica do nosso parque fabril, bem como joint-ventures, participações consorciais, acordos mercadológicos e tecnológicos. O desempenho comercial apresentado nos últimos anos consolidou a Companhia e demonstra que ela está preparada para enfrentar um mercado que se tornou altamente competitivo e globalizado.

A carteira de encomendas ao final de 2011 estava assim distribuída, por segmento de atuação:



As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 16,8% no consolidado em relação a 2010, devido principalmente a: i) aumento do volume das operações onde temos obtido acréscimos sucessivos de receitas; ii) pelos investimentos na criação da área de Global Source destinada a busca de oportunidades em fornecedores internacionais, principalmente no mercado asiático; iii) pelo aumento no dimensionamento de pessoal voltado à elaboração de propostas, principalmente nas divisões de óleo & gás necessárias para atender ao grande volume de licitações colocadas no mercado; iv) e finalmente pelo aumento expressivo nos recursos destinados a treinamento e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2011 o saldo líquido acumulado das despesas e receitas financeiras no consolidado ficou em R\$ 69,2 milhões, sofrendo assim uma variação positiva comparada com a despesa líquida de (R\$ 81,2) milhões em 2010, principalmente em função das renegociações com o BNDES onde efetuamos uma reversão de juros sobre a dívida, lançados a maior em exercícios anteriores.

O lucro líquido do exercício foi de (R\$ 6,0) milhões comparados com R\$44,1 milhões de 2010, tendo sofrido variação negativa em grande parte por conta do resultado da Equivalência Patrimonial cujo valor foi de (R\$77,6) milhões.

Esclarecemos que a equivalência patrimonial negativa deveu-se à incorporação da INEPAR Energia pela INEPAR S.A. e que, não fosse este fato o resultado das

operações teria sido positivo. Entretanto tal incorporação foi de extrema importância para a continuidade do plano de reestruturação das dívidas com o BNDES conforme já explicado.

RECURSOS HUMANOS

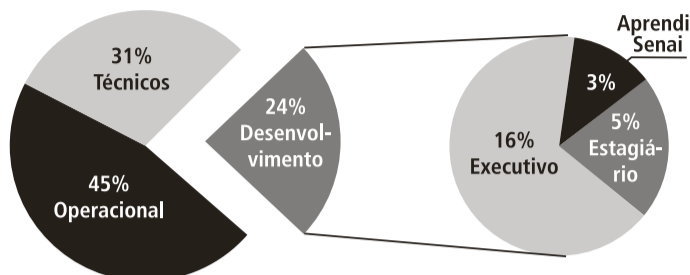
A valorização e os constantes investimentos em treinamento nas equipes de trabalho, alinhados à visão estratégica da empresa, garantem um retorno financeiro e formam uma grande alavanca para atingir e superar as metas estabelecidas.

Na gestão de Recursos Humanos, a empresa tem adotado políticas de incentivo ao treinamento e ao desenvolvimento de carreira, principalmente junto ao seu pessoal de produção, facilitando o atendimento à forte demanda de produção, garantindo elevados padrões de qualidade e melhorando seus índices de produtividade.

Ao final do exercício de 2011, a Companhia contava com 7.093 colaboradores diretos e indiretos, alocados na unidade fabril de Araraquara, nos escritórios, canteiros de obras e nas empresas coligadas e controladas. O corpo funcional da Companhia é altamente qualificado e atende plenamente as mais exigentes normas e especificações de qualidade.

Considerando os investimentos diretos com instrutores, hora/homem dos treinamentos e mais os custos da estrutura da área de treinamento da Companhia, o investimento em 2011 foi superior a R\$ 3,0 milhões, distribuídos conforme mostra o gráfico abaixo:

Investimento em Desenvolvimento Profissional



Do total investido em treinamento, 76% foram destinados ao desenvolvimento das

atividades relacionadas à unidade fabril e em QSMS. Um total de 8% foi destinado ao treinamento e desenvolvimento de estagiários e aprendizes do SENAI. Como destaque, a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., foi eleita em 2011 como a 8ª melhor empresa para se estagiar no Estado de São Paulo, de acordo com pesquisa feita pelo CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, sendo a única indústria metalúrgica classificada entre os 10 primeiros.

Em treinamento executivo, a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A. contratou em 2011 a Escola de Negócios "BI International", para conduzir curso de MBA voltado à capacitação de diretores e gerentes na Gestão da Inovação. Foram investidas mais de 3.500 horas sendo que no final do curso foi montado um Comitê Permanente de Inovação para avaliação e implementação de projetos inovadores.

De grande importância também foi a implantação do sistema SAP tanto na IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., como na IESA Óleo e Gás, que exigiu um número elevado de treinamento de toda a base operacional e administrativa para a conversão do sistema e operacionalização das transações rotineiras.

Diversos Prêmios foram conquistados pela IESA Óleo e Gás no longo dos últimos anos, com destaque para o Prêmio de "Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil" e "Melhores empresas para se Trabalhar no Rio de Janeiro" em 2008, 2009 e 2011, prêmio este promovido pela Great Place to Work.

Destaque também para os Prêmios conquistados pela IESA Óleo e Gás em Qualidade e Segurança fornecidos pela Petrobras.

Programas e Ações Sociais

Destacamos abaixo algumas ações sociais e programas internos desenvolvidos e implantados nas empresas controladas e coligadas:

- PROBEIN – Programa de bolsa de estudos aos dependentes dos colaboradores;
- DTI – Desenvolvimento de talentos da empresa;
- Programa de estágio para filhos de funcionários ou terceiros;
- Pense – Programa desenvolvido para atender filhos de funcionários que sejam portadores de necessidades especiais;
- Doações a entidades assistenciais;
- Convênios com escolas profissionais;
- Doações a entidades que estimulam o desenvolvimento do esporte;
- Campanhas de doações de sangue, em convênio com diversos hemocentros;
- Programa Sol – Criado para ser referência em segurança, organização e limpeza.

Apresentamos abaixo o balanço social de 2010 da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.:

Balanco Social Anual / 2010

Empresa: IESA - PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

1- Base de Cálculo	2010 Valor (mil reais)	2009 Valor (mil reais)
Receita líquida (RL)	388.756	439.597
Resultado operacional (RO)	32.581	37.802
Folha de pagamento bruta (FPB)	85.333	74.805

2- Indicadores Sociais Internos

	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.539	6,49%	1,42%	4.503	6,02%	1,02%
Encargos sociais compulsórios	26.721	31,31%	6,87%	23.103	30,88%	5,26%
Previdência privada	465	0,54%	0,12%	480	0,64%	0,11%
Saúde	7.362	8,63%	1,89%	5.852	7,82%	1,33%
Segurança e saúde no trabalho	1.696	1,99%	0,44%	1.273	1,70%	0,29%
Educação	717	0,84%	0,18%	637	0,85%	0,14%
Cultura	21	0,02%	0,01%	51	0,07%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	997	1,17%	0,26%	947	1,27%	0,22%
Creches ou auxílio-creche	10	0,01%	0,00%	14	0,02%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.338	1,57%	0,34%	2.745	3,67%	0,62%
Outros	5.551	6,51%	1,43%	5.090	6,80%	1,16%
Total - Indicadores sociais internos	50.417	59,08%	12,97%	44.695	59,75%	10,17%

3 - Indicadores Sociais Externos

	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	418	1,28%	0,11%	122	0,32%	0,03%
Cultura	0	0,00%	0,00%	50	0,13%	0,01%
Saúde e saneamento	3	0,01%	0,00%	6	0,02%	0,00%
Esporte	17	0,05%	0,00%	47	0,12%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	55	0,17%	0,01%	33	0,09%	0,01%
Outros	7	0,02%	0,00%	7	0,02%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	494	1,52%	0,13%	265	0,70%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)	18.748	57,54%	4,82%	35.933	95,06%	8,17%
Total - Indicadores sociais externos	19.242	59,06%	4,95%	36.198	95,76%	8,23%

4- Indicadores Ambientais

	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.644	11,18%	0,94%	1.815	4,80%	0,41%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.644	11,18%	0,94%	1.815	4,80%	0,41%

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período	1.758	1.863
Nº de admissões durante o período	173	243
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	545	764
Nº de estagiários(as)	14	12
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	706	696
Nº de mulheres que trabalham na empresa	123	128
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	4,20%	3,80%
% de negros(as) que trabalham na empresa	455	420
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	15,90%	15,40%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	33	36

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que no exercício social encerrado em 31/12/2011 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Martinelli Auditores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	13.054	10.827	267.357	180.009
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	9.586	8.766	208.101	190.069
Contas a receber de clientes a faturar	6	7.661	7.590	172.735	185.608
Títulos e valores mobiliários	7	50.764	17.314	74.674	29.605
Estoques	8	7.752	8.530	295.367	350.635
Títulos a receber	9	15.424	14.389	161.402	38.894
Investimentos/Bens destinados a venda	10	-	-	203.854	332.752
Créditos de impostos	11	36.590	40.566	126.073	106.421
Dividendos a receber		25.134	44.199	-	-
Despesas antecipadas		194	3.383	4.740	6.872
Outros créditos	12	8.226	5.065	96.985	69.661
Total do Ativo Circulante		174.385	160.629	1.611.288	1.490.526
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	-	2.918	875	3.793
Contas a receber de clientes a faturar	6	107.587	124.815	157.919	179.844
Empresas ligadas	23	108.613	83.798	85.824	51.918
Títulos a receber	9	25.325	6.849	33.346	16.659
Títulos e valores mobiliários	7	377.034	314.094	1.038.531	932.550
Créditos de impostos	11	54.189	166.770	91.625	292.418
Depósitos judiciais		13.059	12.474	25.668	19.265
Outros créditos	12	-	-	104	57
Investimentos	13	1.125.398	612.759	275.153	29.391
Imobilizado	14	158.357	162.696	383.532	372.657
Intangível	15	9.898	-	56.194	17.246
Total do Ativo Não Circulante		1.979.460	1.487.173	2.148.771	1.915.798
Total do Ativo		2.153.845	1.647.802	3.760.059	3.406.324

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Fornecedores		5.383	4.686	174.342	110.038
Financiamentos e empréstimos	16	486.233	251.421	758.546	719.805
Debêntures	17	42.323	36.189	92.037	200.934
Salários e encargos sociais		1.354	522	77.514	61.010
Impostos e contribuições a recolher	18	40.395	42.986	131.468	134.737
Dividendos propostos		10.493	10.493	13.225	10.842
Provisão de custos e encargos	19	9.034	9.142	54.783	55.154
Adiantamentos de clientes	20	2.454	13.170	310.652	264.566
Títulos a pagar	21	99.959	42.048	26.412	40.175
Outras contas a pagar		2.024	1.369	51.543	40.215
Total do Passivo Circulante		699.652	412.026	1.690.522	1.637.476
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	16	245.338	54.021	360.728	174.591
Debêntures	17	2.169	2.199	166.114	2.199
Impostos e contribuições a recolher	18	360.606	395.061	534.336	634.520
Empresas ligadas	23	11.933	80.977	40.708	23.832
Provisão para impostos diferidos	22.1	78.376	41.345	160.429	147.746
Adiantamentos de clientes	20	-	-	2.463	1.254
Títulos a pagar	21	66.451	7.478	59.112	3.739
Provisão para contingências	24	72.350	56.798	87.987	75.284
Outras contas a pagar		1.805	-	24.569	26.428
Total do Passivo Não Circulante		839.028	637.879	1.436.446	1.089.593
Patrimônio Líquido					
Participação dos minoritários		-	-	17.926	81.358
Patrimônio líquido da controladora					
Capital social	25	398.977	263.280	398.977	263.280
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(1.610)	(3.073)	(1.610)
Reserva de capital		4.621	4.621	4.621	4.621
Reserva de reavaliação		80.155	63.293	80.155	63.293
Reserva de Lucros		52.510	56.231	52.510	56.231
Ajuste de avaliação patrimonial		81.975	87.319	81.975	87.319
Adto p/ Futuro Aumento de Capital		-	124.763	-	124.763
Total do Patrimônio Líquido		615.165	597.897	615.165	597.897
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.153.845	1.647.802	3.760.059	3.406.324

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida		6.058	-	1.536.493	1.425.600
Custos dos produtos e serviços		(2.713)	-	(1.246.821)	(1.181.000)
Lucro bruto		3.345	-	289.672	244.600
Receitas [despesas] operacionais		(68.896)	83.349	(318.106)	(109.446)
Despesas com vendas		(1.419)	(1.472)	(30.173)	(19.951)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes		(1.024)	(21)	(1.039)	(155)
Administrativas e gerais		(27.377)	(23.914)	(163.328)	(144.359)
Provisões de futuras perdas operacionais		(15.552)	7.089	(16.596)	12.145
Outras receitas e despesas operacionais		(31.228)	18.356	(29.347)	9.170
Provisões de perdas sobre investimentos		-	33.940	-	33.940
Resultado da equivalência patrimonial		7.704	49.371	(77.623)	(236)
Resultado operacional					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes				Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr. Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total			
	Subscrito	A integralizar	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucros a Disposição Assembleia	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP				Ajuste de Avaliação Patrimonial		
															679.243	(4.024)
Em 31 de dezembro de 2009																
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	44.179	-	-	-	-	44.179	(8.612)	35.567		
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.111)	-	(4.111)	(631)	(4.742)		
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.273	-	2.273	-	2.273		
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.838)	(631)	(2.469)		
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.341	(9.243)	33.098		
Aumento de Capital - 72ª AGE de 12/11/2009	-	4.024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.024	-	4.024		
Aumento de Capital - 276ª RCA de 23/07/2010	-	-	-	-	-	-	-	126.226	-	-	-	126.226	-	126.226		
Gasto com subscrição de ações	-	-	866	-	-	-	-	(1.463)	-	-	-	(597)	-	(597)		
Redução de Capital - 75ª AGE de 19/05/2010	(415.963)	-	-	-	-	-	415.963	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(10.493)	-	-	-	-	(10.493)	-	(10.493)		
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119.160	-	119.160		
Reserva Legal	-	-	-	-	2.209	-	(2.209)	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	54.022	(54.022)	-	-	-	-	-	-	-		
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	-	-	3.892	(3.892)	-	-	-	-	-	-		
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	4.994	-	(4.994)	-	-	-	-	-		
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	735	-	735	-	735			
Em 31 de dezembro de 2010	263.280	-	(1.610)	4.621	2.209	54.022	-	124.763	63.293	90.250	(2.931)	597.897	81.358	679.255		
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(5.993)	-	-	-	-	(5.993)	4.579	(1.414)		
Ajustes exercícios anteriores reflexa	-	-	-	-	-	-	(4.894)	-	-	-	-	(4.894)	-	(4.894)		
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.257)	-	(1.257)	-	(1.257)		
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30	-	30		
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4		
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.227)	4	(1.223)		
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.114)	4.583	(7.531)		
Devolução de AFAC - 280ª RCA de 08/02/2011	-	-	-	-	-	-	-	(452)	-	-	-	(452)	-	(452)		
Aumento de Capital - 280ª RCA de 08/02/2011	125.774	-	-	-	-	-	-	(125.774)	-	-	-	-	-	-		
Gasto com subscrição de ações	-	-	(1.463)	-	-	-	-	1.463	-	-	-	-	-	-		
Aumento de Capital - 78ª AGE de 21/11/2011	9.923	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.923	-	9.923		
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.700)	(1.700)		
Efeito da Incorporação da Inepar Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.315)	(66.315)		
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.471	(68.015)	(58.544)		
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	3.049	16.862	-	-	19.911	-	19.911		
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	4.117	-	(4.117)	-	-	-	-		
Em 31 de dezembro de 2011	398.977	-	(3.073)	4.621	2.209	54.022	(3.721)	-	80.155	86.133	(4.158)	615.165	17.926	633.091		

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2010
Resultado Líquido do Exercício	44.179
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(4.742)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	2.273
Participação dos Minoritários	(8.612)
Resultado Abrangente do Exercício	33.098
	2011
Resultado Líquido do Exercício	(5.993)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexa	(4.894)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(1.257)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	30
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	4
Participação dos Minoritários	4.579
Resultado Abrangente do Exercício	(7.531)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	(5.993)	44.179	(5.993)	44.179
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	4.576	5.596	20.025	20.076
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	-	27.191	1.333
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	(800)	(800)	-	-
Amortização de ágio	35	84	35	84
Equivalência patrimonial	(7.704)	(49.371)	-	236
Equivalência patrimonial não operacional	-	-	4.895	-
Participação de acionistas minoritários	-	-	(63.431)	(9.243)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	1.286	-
Variações monetárias e cambiais	(74.045)	8.471	(123.230)	31.234
Impostos diferidos	(1.225)	(1.384)	-	(5.623)
Provisões (Reversões)	15.444	(65.784)	11.762	(87.262)
Valor Justo sobre Propriedade para Investimento	-	-	-	(8.817)
Lucro Líquido do período ajustado (Aumento) redução no ativo:	(69.712)	(59.009)	(127.460)	(13.803)
Cientes	19.256	4.538	19.686	(56.030)
Estoques	777	(1.829)	55.269	(120.708)
Títulos a receber	(19.512)	15.117	(10.298)	10.113
Créditos de impostos	117.830	2.543	181.141	(18.857)
Despesas antecipadas	3.190	(3.383)	2.132	(95)
Outros créditos	(3.746)	(207)	(33.776)	(14.352)
	117.795	16.779	214.154	(199.929)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	697	787	64.302	57.668
Obrigações sociais	832	30	16.503	6.126
Impostos e contribuições a recolher	(37.045)	17.869	(103.453)	83.800
Provisão para impostos diferidos	(1.034)	-	12.682	-
Incorporação de empresa controlada	38.016	-	-	-
Adiantamentos de clientes	(10.716)	(5.890)	47.296	83.891
Títulos a pagar	116.884	10.085	41.610	15.839
Outras contas a pagar	2.460	(1.401)	10.036	13.971
	110.094	21.480	88.976	261.295
	158.177	(20.750)	175.670	47.563
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos de coligadas	21.335	91.080	-	1.050
Aquisições de novos investimentos	(276.750)	(4.886)	(85.940)	(4.628)
Baixas de investimentos	(29.395)	-	2.518	-
Bens Destinados a Venda	-	-	-	(128.897)
Títulos e Valores Mobiliários	2.105	(69.144)	1.532	20.958
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(233)	(2.224)	(95.104)	(43.715)
Incorporação de empresa controlada	(248.162)	-	(171.163)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	30.254	-	30.254
Operações de mútuos com empresas ligadas	(24.815)	(50.770)	(33.904)	8.269
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(555.915)	(5.690)	(382.061)	(116.709)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	2.384	-
Captação de financiamentos e empréstimos	227.574	136.800	812.326	600.134
Incorporação de empresa controlada	287.168	-	31.406	-
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(46.343)	(145.890)	(532.357)	(533.008)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	(8.860)	(5.805)	(46.365)	(38.688)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(69.046)	(62.067)	16.874	22.558
Debêntures	-	(32.438)	-	(32.438)
Aumento de capital	9.924	4.024	10.934	4.024
Ganho com subscrição de ações	-	866	(1.463)	866
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	734	-	734
Adiantamento para futuro aumento de capital	(452)	124.763	-	124.763
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	399.965	20.987	293.739	148.945
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	2.227	(5.453)	87.348	79.799
Saldo inicial do caixa e equivalentes	10.827	16.280	180.009	100.210
Saldo final do caixa e equivalentes	13.054	10.827	267.357	180.009
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	2.227	(5.453)		

subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa de geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação dos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NPC) número 17 do IBRACON.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas, no consolidado, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- o valor pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona – CPC 17.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

	Controladora				Total
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial Circulante					
Caixa e equivalentes (a)	4.548	6.279	–	–	10.827
Contas a receber (b)	–	16.356	–	–	16.356
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	8.282	–	8.282
Títulos valores mobiliários (d)	–	9.032	–	–	9.032
Títulos a receber (e)	–	14.389	–	–	14.389
Outros créditos (f)	–	–	–	5.065	5.065
Total Circulante	4.548	46.056	8.282	5.065	63.951
Não Circulante					
Contas a receber (b)	–	127.733	–	–	127.733
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	47.788	–	47.788
Títulos valores mobiliários (d)	67.002	–	–	199.304	266.306
Títulos a receber (e)	–	6.849	–	–	6.849
Total Não Circulante	67.002	134.582	47.788	199.304	448.676
TOTAL GERAL	71.550	180.638	56.070	204.369	512.627
	Controladora				Total
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial Circulante					
Caixa e equivalentes (a)	11.477	1.577	–	–	13.054
Contas a receber (b)	–	17.247	–	–	17.247
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	43.054	–	43.054
Títulos e valores mobiliários (d)	–	7.710	–	–	7.710
Títulos a receber (e)	–	15.424	–	–	15.424
Outros Créditos (f)	–	–	–	3.887	3.887
Total Circulante	11.477	41.958	43.054	3.887	100.376
Não Circulante					
Contas a receber (b)	–	107.587	–	–	107.587
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	43.054	–	43.054
Títulos e valores mobiliários (d)	–	333.980	–	–	333.980
Títulos a receber (e)	–	6.216	–	–	6.216
Outras contas a receber	–	19.109	–	–	19.109
Total Não Circulante	–	466.892	43.054	–	509.946
TOTAL GERAL	11.477	508.850	86.108	3.887	610.322
	Consolidado				Total
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial Circulante					
Caixa e equivalentes (a)	147.120	32.889	–	–	180.009
Contas a receber (b)	–	375.677	–	–	375.677
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	20.384	–	20.384
Títulos valores mobiliários (d)	–	9.221	–	–	9.221
Títulos a receber (e)	–	38.894	–	–	38.894
Outros créditos (f)	–	–	–	69.661	69.661
Total Circulante	147.120	456.681	20.384	69.661	693.846
Não Circulante					
Contas a receber (a)	–	183.637	–	–	183.637
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	113.622	–	113.622
Títulos valores mobiliários (d)	–	104.859	–	714.069	818.928
Títulos a receber (e)	–	16.659	–	–	16.659
Outros créditos (f)	–	–	–	57	57
Total Não Circulante	–	305.155	113.622	714.126	1.132.903
TOTAL GERAL	147.120	761.836	134.006	783.787	1.826.749
	Consolidado				Total
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial Circulante					
Caixa e equivalentes (a)	231.872	35.485	–	–	267.357
Contas a receber (b)	–	380.836	–	–	380.836
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	66.164	–	66.164
Títulos e valores mobiliários (d)	–	8.510	–	–	8.510
Títulos a receber (e)	–	161.402	–	–	161.402
Outros Créditos (f)	–	–	–	92.646	92.646
Total Circulante	231.872	586.233	66.164	92.646	976.915
Não Circulante					
Contas a receber (b)	–	158.794	–	–	158.794
Títulos valores mobiliários - FIDC (c)	–	–	66.164	–	66.164
Títulos e valores mobiliários (d)	–	124.019	–	848.348	972.367
Títulos a receber (e)	–	14.237	–	–	14.237
Outros Créditos (f)	–	19.109	–	–	19.109
Total Não Circulante	–	316.159	66.164	848.348	1.230.671
TOTAL GERAL	231.872	902.392	132.328	940.994	2.207.586

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço. As contas a receber classificadas no ativo não circulante referem-se, em sua maior parte, a cobranças junto a clientes fundamentadas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (vide nota explicativa nº 6).

(c) Títulos e Valores Mobiliários-FIDC

Refere-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC, descritos na nota explicativa nº 7, que a Companhia mantém classificadas como disponível para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perdas referente ao reconhecimento do seu valor justo são registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, portanto o valor contábil já está mensurado pelo valor de mercado.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados como Outros Ativos Financeiros referem-se, principalmente, aos títulos vencidos da Dívida Externa Brasileira que estão registrados pelo valor de face atualizado com base em Laudo de Especialistas, sendo que o valor de mercado não há como determinar, podendo ser igual ao valor contábil, se houver decisão favorável à controladora para utilização na compensação de impostos e contribuições federais (vide nota explicativa nº 7a), e os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 7 itens "c" e "d".

(e) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(f) Outros Créditos

O saldo no consolidado de R\$ 96.985, lançado em outros ativos financeiros no ativo circulante refere-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem/Serveng, responsáveis pelo fornecimento

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários (FIDC), são classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo, com a contrapartida diretamente do patrimônio líquido, até sua baixa, quando será reclassificada para o resultado do exercício.
- Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos, existem contratos com instrumentos derivativos na sociedade controlada indiretamente IESA Óleo & Gás, denominados "Contratos de Swap de Fluxo de Caixa", e operações com derivativos na sociedade controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar para proteção de riscos relativos a moedas estrangeiras. Todos os ganhos ou perdas decorrentes destes instrumentos financeiros derivativos estão registrados no resultado financeiro como componente das receitas e despesas financeiras.
- Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475/08 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Descrição	Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial			
	31/12/2011 R\$ mil	Cenário I R\$ mil	Cenário II R\$ mil	Cenário III R\$ mil
Passivos				
Dívida bancária	89.945	80.119	112.431	134.917
Exposição Líquida - R\$ mil	89.945	80.119	112.431	134.917
Exposição Líquida - US\$ mil	47.950	47.950	47.950	47.950
Taxa Dólar	1,88	1,67	2,34	2,81

Variação Cambial

A Empresa está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 47,9 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro "Análise de Sensibilidade de Exposição Cambial"

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

	Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010 conforme balanço patrimonial Circulante		
Fornecedores (g)	4.686	4.686
Empréstimos e Financ. (h)	251.421	251.421
Debêntures (i)	36.189	36.189
Títulos a pagar (j)	42.048	42.048
Outras contas a pagar (k)	1.369	1.369
Total Circulante	335.713	335.713
Não Circulante		
Empréstimos e Financ. (h)	54.021	54.021
Debêntures (i)	2.199	2.199
Títulos a pagar (j)	7.478	7.478
Total Não Circulante	63.698	63.698
TOTAL GERAL	399.411	399.411
	Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 conforme balanço patrimonial Circulante		
Fornecedores (g)	5.383	5.383
Empréstimos e Financ. (h)	486.233	486.233
Debêntures (i)	42.323	42.323
Títulos a pagar (j)	99.958	99.958
Outras contas a pagar (k)	2.024	2.024
Total Circulante	635.921	635.921
Não Circulante		
Empréstimos e Financ. (h)	245.338	245.338
Debêntures (i)	2.169	2.169
Títulos a pagar (j)	10.671	10.671

taxas que variam entre 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

NOTA 6 - CLIENTES – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber de Clientes Interno	17.247	15.934	388.764	383.647
Contas a Receber de Clientes Externo	7	6	2.824	6
Contas a Receber de Empresas Ligadas	-	422	-	-
Impairment (Provisão para Perdas)	(7)	(6)	(10.752)	(7.976)
Contas a Receber de Clientes	17.247	16.356	380.836	375.677
Parcela Circulante	17.247	16.356	380.836	375.677
Contas a Receber de Clientes Interno	107.587	127.733	158.794	183.637
Impairment (Provisão para Perdas)	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes	107.587	127.733	158.794	183.637
Parcela Não Circulante	107.587	127.733	158.794	183.637
Total a Receber de Clientes	124.834	144.089	539.630	559.314
Total Geral	124.834	144.089	539.630	559.314

A parcela não circulante das contas a receber de clientes é composta, em sua maior parte, por cobranças junto a clientes fundamentadas na manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos respectivos contratos. Devido à magnitude dos contratos, são em geral longos os prazos ajustados para a conclusão de projetos vinculados ao segmento de produtos de bens de capital e equipamentos de infraestrutura, no qual se desenvolve a maioria das operações da Companhia. Essa circunstância propicia desvios no decorrer da execução dos projetos, que obriga a Companhia a cobrar, junto a clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Nesse sentido, a companhia reconheceu como contas a receber, classificados no não circulante, os montantes de R\$ 107.587 (R\$ 127.815 em 31/12/2011) na controladora e de R\$ 158.794 (R\$ 183.637 em 31/12/2011) no consolidado. A Administração, baseado no andamento das negociações, possui uma expectativa favorável de recebimento desses valores no longo prazo.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Direitos sobre Títulos da Dívida Pública (a)	238.277	199.304	853.595	714.069
FIDC (b)	86.109	56.070	132.329	134.004
GFS Premium - Debêntures (c)	21.718	-	39.787	37.858
Outras Aplicações e Títulos (d)	81.694	76.034	87.494	76.224
	427.798	331.408	1.113.205	962.155
Parcela circulante	50.764	17.314	74.674	29.605
Parcela não circulante	377.034	314.094	1.038.531	932.550

a) Refere-se a títulos da dívida pública federal externa e, no consolidado, está composto por R\$ 489.030 pertencentes à controladora Inepar Equipamentos e Montagens S.A., utilizados pela Inepar S.A. Indústria e Construções em operação de aumento de capital, os quais serão utilizados pela controladora para a compensação de passivos tributários federais (notas explicativas 18 e 23); R\$ 238.277 pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções, valor recebido da Inepar Administração e Participações S.A.; R\$ 126.288 pertencentes à controladora IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., valor recebido da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções. Tais direitos estão registrados pelo valor de face atualizado dos correspondentes títulos, apurado com base em laudo de especialistas, conforme determinado em sentença judicial parcial: "defiro aos autores a pretendida antecipação de tutela, tão só para o fim de utilizarem as apólices pelo valor de face, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, como aporte em integralização de capital, em benefício próprio ou para quem forem transferidas as apólices". A sentença parcial prevê, além da forma de valorização anteriormente mencionada, a utilização de tais títulos como aporte de capital e a possibilidade de transferência de sua propriedade. Estes ativos financeiros constituem dívidas da União Federal por assunção na forma do DL 6.019/43, embora o Governo do Rio de Janeiro na forma das LOAs de 2008 a 2011 esteja pagando juros à União Federal.

O Tesouro Nacional reconhece que estes títulos são pagáveis através do Ofício número 4929 datado de 04/11/2003 e ainda espelha no seu site no quadro como responsabilidade de liquidação ao Banco HSBC.

Consta na Bolsa de Valores de Londres este ativo financeiro pré-pactuado com juros anuais de 7%.

b) O Fundo foi constituído em 30 de Abril de 2008, por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços" e seu regulamento está registrado no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo-SP, sob nº 1548524. A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 04 de agosto de 2008, sob o nº CVM/SER/RFD/2008/041 para as Quotas Seniores e sob o nº CVM/SER/RFD/2008/042 para as Quotas Subordinadas, nos termos da Instrução da CVM nº 356/01, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução da CVM nº 444/06, de 08 de dezembro de 2006 e da Instrução CVM nº 400/03, de 29 de dezembro de 2003.

Este fundo busca proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na Aquisição de direitos de créditos vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento e/ou objeto de discussão judicial, originados de operações comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços realizadas pela Inepar S.A Indústria e Construções e demais empresas ligadas.

Os títulos foram transferidos e passam a pertencer ao respectivo FUNDO, ficando o mesmo investido no direito de cobrar os respectivos valores, através dos Agentes de Cobrança.

O total de quotas é de 160, composta de 08 quotas Seniores e 152 quotas Subordinadas, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma.

A participação da Inepar Indústria no Fundo é de 59,84985147 quotas subordinadas.

O prazo de amortização das quotas é de 06 anos (com parcelas semestrais a partir de 28/12/09).

O montante amortizado das quotas pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções até o período de 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.276.

Dados do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios são:

Fundo: Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços.

Administrador/Distribuidor: Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.

Custodiante: Deutsche Bank S.A.

Agentes de Cobrança: A Cedente Líder IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e MDC Assessoria Empresarial S.A.

Agência de Rating: Austin Rating

Banco Estruturador: Banco Schahin S.A.

Empresa de Auditoria: KPMG Auditores e Consultores S.A.

Total dos Direitos Creditórios em 31/12/2011: R\$ 140.620.774,92

c) Refere-se a 28.799 debêntures não conversíveis em ações, de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A., emitidos em 30 de setembro de 2006, com vencimento final em 10 de fevereiro de 2016, sendo que a primeira amortização vencerá no dia 10 de julho de 2013 e a última em 10 de fevereiro de 2016, atualizadas pela variação do IGP-M.

d) Refere-se, principalmente, a 66.200 debêntures não conversíveis em ações, pertencentes à Inepar S.A. Indústria e Construções S.A., de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidos em 30 de novembro 2010, com vencimento final em 30 de novembro de 2016, sendo que a primeira amortização vencerá no dia 30 de novembro de 2012 e a última em 30 de novembro de 2016, atualizadas pela variação do IGP-M.

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos em elaboração	-	146	68.641	136.424
Insumos e materiais	-	-	84.793	52.084
Adiantamentos a fornecedores	7.752	8.384	120.361	142.823
Importações em andamento	-	-	21.572	19.304
	7.752	8.530	295.367	350.635

O saldo de estoques em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 9 – TÍTULOS A RECEBER (Consolidado)

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Equipamentos e Montagens S.A., conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Venda de Ativos e Investimentos (a)	26.034	18.782
Venda de participações (b)	15.102	22.024
Inepar Administração e Participações S.A. (c)	135.114	6.849
Outros valores (d)	18.498	7.998
	194.748	55.553
Parcela Circulante	161.402	38.894
Parcela não circulante	33.346	16.659

a) Valores a receber decorrentes, principalmente, da venda de participações em investimentos em segmentos de negócios fora da área estratégica da empresa.

b) Corresponde à parcela do valor da venda da participação na controlada Itaguaí Energia S.A., para Emídio Mendes, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, e Outras Avenças, firmado em 24 de maio de 2011, acréscido de atualização monetária pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a.. Instrumento este substituindo o anterior, decorrente do não cumprimento dos termos previstos em contrato pela Riviera Brasil Negócios e Participações Empresariais Ltda., no que se refere a falta de liquidação do valor envolvido, a administração da Inepar, nos termos do contrato de compra e venda, tomou as medidas necessárias para reverter a venda. Sendo certo que tal instrumento veio a extinguir-se em razão da aplicação da condição resolutive nele estabelecida.

c) Refere-se, principalmente, aos valores a receber decorrente da venda da participação que a controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. detinha na Companhia Brasileira de Diques (CBD), representado por 15%. No primeiro trimestre de 2012, conforme consta na nota explicativa n.º 38, a holding Inepar Administração e Participações estará transferindo para a Companhia a totalidade de sua participação na CBD, representado por 50%, mediante recebimento com títulos da dívida pública federal externa (TDP's).

d) Outros valores referem-se a operações de aplicações em instituições não financeiras realizadas pela controlada IESA Óleo & Gás.

NOTA 10 - BENS DESTINADOS À VENDA (Consolidado)

Classificados nos balanços das empresas controladas, discriminados abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
	Penta Participações e Investimentos Ltda. (a)	203.854
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (b)	-	128.898
	203.854	332.752
Parcela Circulante	203.854	332.752

a) Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de abril de 2004, o Conselho da controlada Inepar Energia S.A. (empresa incorporada pela Inepar S.A. Indústria e Construções) deliberou, por unanimidade de votos, destinar à venda os investimentos representativos da participação total da Companhia nas empresas Centrais Elétricas Matagrossense S.A. – CEMAT no montante de R\$ 122.779 (30/06/2004), autorizando a diretoria a tomar todas as providências necessárias para efetivar a operação de alienação deste ativo, recomendando a imediata reclassificação deste investimento do Ativo Permanente para o Ativo Circulante.

Por conta desta deliberação, a Inepar Energia S.A. contratou a empresa especializada Moore Stephens SGR Consultores Associados Ltda. para elaborar laudo de avaliação de seu investimento no capital da CEMAT, com o objetivo de se apurar o valor real do investimento para aporte de capital na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.. Referido laudo foi colocado à disposição dos diretores no dia 25 de junho de 2004, expressando o valor avaliado no montante de R\$ 230.591. No dia 29 de junho de 2004, em reunião da diretoria, foram aprovados o Laudo de Avaliação e o consequente registro contábil do valor atribuído a este.

Em 30 de junho de 2004, a Inepar Energia S.A. realizou o aumento de capital na sociedade controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., mediante o aporte do valor atribuído ao Laudo de Avaliação relativo ao investimento CEMAT.

Por ocasião das exigências previstas a partir da Lei 11.638/2007, a qual prevê o processo de adequação no Brasil das demonstrações financeiras às normas internacionais de contabilidade, os valores relativos ao investimento CEMAT, registrado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. no valor de R\$ 203.854 (R\$ 203.854 em 31/12/11) na conta de bens destinados a venda passou a ser avaliada com base no valor justo ou custo contábil dos dois o menor, previsto no CPC 31.

b) Em dezembro de 2011 a controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. alienou a participação na Companhia Brasileira de Diques (CBD), conforme consta na nota explicativa 09c.

NOTA 11 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e cont. social diferido (a)	19.961	20.435	20.149	21.121
Prov. Préj. Fiscal IRPJ/CSLL - (b)	-	116.247	-	182.721
Impostos e contribuições a compensar	10.812	12.379	21.690	26.527
ICMS a recuperar	53	62	37.696	15.166
IP I a recuperar	1.675	1.674	9.225	3.271
Pis/Cofins Lei 9.718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (c)	15.565	15.567	17.392	17.453
Impostos e contribuições retidos na fonte	154	153	36.199	21.652
IRPJ Diferido S/Diferenças Temporárias	16.668	15.732	37.081	60.238
CSLL Diferido S/Diferenças Temporárias	6.000	5.663	13.349	21.686
Demais Créditos (d)	11.452	10.985	16.778	20.565
	90.779	207.336	217.998	398.839
Parcela circulante	36.590	40.566	126.073	106.421
Parcela não circulante	54.189	166.770	91.925	292.418

a) Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos na controladora referem-se aos créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social reconhecidos até o montante para assegurar o direito de compensar com débitos incidentes sobre a provisão de IRPJ e CSLL, constituída em 2004 sobre a Reserva de Reavaliação.

b) Constituição de créditos sobre o prejuízo fiscal e sobre a base negativa da CSLL, para liquidação dos valores correspondentes a multa, de mora ou ofício e os juros moratórios do parcelamento (Refis), conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 1º da Lei nº 11.941/09.

c) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados pelo parcelamento obtido junto à Receita Federal do Brasil.

d) Correspondem em sua maioria a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS junto à Receita Federal do Brasil.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Adiantamento a Empregados	93	21	4.415	2.691
Créditos com empresas constit. em SCP (a)	-	-	14.162	16.312
Conta Corrente TIISA	-	-	4.747	2.455
Adiantamento a Fornecedores	251	251	12.460	2.744
Contas Correntes	-	-	1.855	952
GFS Premium Administração Ltda.	939	939	939	939
ND a Emitir / Receber	4.339	3.597	12.242	9.215
Contas a receber Sadefem (b)	-	-	18.203	18.138
Processo multas de São Salvador	-	-	2.606	6.239
Dividendos a receber	-	-	603	6.249
Outros Créditos (c)	2.604	257	24.753	3.727
Total Parcela Circulante	8.226	5.065	96.985	69.661
Outros Créditos	-	-	104	57
Total Parcela Não Circulante	-	-	104	57
Total Geral	8.226	5.065	97.089	69.718

a) O saldo corresponde aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem/Serveng, responsáveis pelo fornecimento e instalação de via permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

b) Refere-se a pagamentos efetuados por conta e ordem da Sadefem aos seus fornecedores nos projetos que a Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. tinha a Sadefem como consorciado ou parceiro estratégico no fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços.

c) Refere-se principalmente, aos valores retidos da Iesa Projetos pela Andritz Hydro Inepar S.A., por conta de débitos devidos pela empresa Sadefem Equipamentos e Montagens S.A..

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Participação em controladas/coligadas (a)	879.887	612.248	16.994	1.113
Saldo de ágio apurado em Investimento (b)	162.374	35	162.374	35
Bens não operacionais (c)	376	376	376	376
Propriedade para Investimentos (d)	80.143	-	80.143	20.600
Outros investimentos (e)	2.618	100	15.266	7.267
	1.125.398	612.759	275.153	29.391

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento 31/12/2011	31/12/2010
Controladas/Coligadas						
Inepar Energia S.A. - sociedade incorporada	-	-	-	(77.618)	-	-
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	215.778	(467)	(467)	215.777	48.258
Inepar Equip. e Montagens S.A.	191.423	349.941	72.062	72.062	349.941	296.264
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. (i)	200.809	347.471	22.629	16.881	245.228	238.495
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (ii)	146.174	137.881	(6.308)	(3.154)	68.941	29.231
				7.704	879.887	612.248

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O. N.	P. N.		
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	-	100,00	100,00
Inepar Equip. e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	27.038	-	50,00	50,00

Controladas/Coligadas

Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	-	100,00	100,00
Inepar Equip. e Montagens S.A.	246.386	66.035</		

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Durante o exercício de 2011 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Controladora	Concessão	Patentes	Total
	20%	20%	
Taxas anuais de amortização			
Em 31 de dezembro de 2010			
Custo	-	247	247
Depreciação Acumulada	-	(247)	(247)
Valor contábil líquido	-	-	-
Adições	44.568	-	44.568
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Impairment	-	-	-
Amortização	(34.670)	-	(34.670)
Baixa Amortização	-	-	-
Saldo Final	9.898	-	9.898
Em 31 de Dezembro de 2011			
Custo	44.568	247	44.815
Depreciação Acumulada	(34.670)	(247)	(34.917)
Valor contábil líquido	9.898	-	9.898

Consolidado	Concessão	Marcas e Patentes	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
	20%	20%	20%	20%		
Taxas anuais de amortização						
Em 31 de dezembro de 2010						
Custo	13.611	-	1.705	3.835	-	19.151
Depreciação Acumulada	(1.238)	-	(67)	(600)	-	(1.905)
Valor contábil líquido	12.373	-	1.638	3.235	-	17.246
Adições	44.568	-	1.268	8.116	33.972	87.924
Baixas	(12.373)	-	(389)	(480)	-	(13.242)
Transferências	-	-	(1.647)	1.647	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-
Amortização	(34.670)	-	(156)	(786)	-	(35.612)
Baixa Amortização	-	-	(1)	(121)	-	(122)
Saldo Final	9.898	-	713	11.611	33.972	56.194
Em 31 de Dezembro de 2011						
Custo	44.568	247	937	13.118	33.972	92.842
Depreciação Acumulada	(34.670)	(247)	(224)	(1.507)	-	(36.648)
Valor contábil líquido	9.898	-	713	11.611	33.972	56.194

O valor de R\$ 33.972, lançado na rubrica de ágio sobre investimentos refere-se a compra da participação da TIISA – Triunfo Iesa Infraestruturas S.A. pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
Adiantamento de Câmbio	VC + 6,2% a.a	ACC	-	-	2.573	30.588	-
Adiantamento de Câmbio	VC + 100% CDI	ACC	-	-	-	17.653	-
Adiantamento de Câmbio	VC + 105% CDI	ACC	-	-	13.174	-	-
Arrendamentos Financeiros	100% CDI	Alienação Fiduciária	-	-	577	438	-
Arrendamentos Financeiros	12,3710% a.a	Próprio bem	-	-	27	-	-
Ativo Permanente	1,6% a.m	Alienação Fiduciária	-	-	628	-	-
Ativo Permanente	TJLP + 0,4915% a.a	Alienação Fiduciária	-	-	-	986	-
Ativo Permanente	TJLP + 5,5% a.a	-	-	-	-	-	-
Ativo Permanente	14,00% a.a	Próprio bem	-	-	3.555	-	-
Ativo Permanente	TJLP 10,5% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	4.593	-	4.593	4.064	-
Ativo Permanente	TJLP 11% a.a	-	-	-	-	-	-
Ativo Permanente	18,16% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	6	258.740	-
Ativo Permanente	CDI + 0,75% a.m à	-	-	-	-	-	-
Ativo Permanente	0,8% a.m	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	3.121	267	-
Ativo Permanente	CDI + 15,6314% a.a	Alienação Fiduciária	-	-	72	-	-
Ativo Permanente	CDC Pré Fixada + 16,63% a.a	Próprio bem	-	-	33	-	-
Ativo Permanente	IGPM 4% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	189	312	189	1.484	-
Ativo Permanente	TJLP 2% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	2.434	2.759	2.434	2.759	-
Ativo Permanente	TJLP 0,87% a.m à 0,95% a.m	Caução ações	314.705	123.959	314.705	125.139	-
Capital de Giro	115% a 150% do CDI	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	3.826	-
Capital de Giro	135% do CDI	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	2.492	-
Capital de Giro	150% do CDI	Nota Promissória/Recebíveis	4.695	-	4.695	836	-
Capital de Giro	CDI + 0,200% à 1,3061% a.m	Nota Promissória/Recebíveis	43.440	40.227	208.080	148.356	-
Capital de Giro	CDI + 0,4074 a 0,75% a.m	Alienação Fiduciária	-	-	4.345	-	-
Capital de Giro	CDI + 8,750% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	3.348	-	-
Capital de Giro	CDI + 4,50% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	41.055	9.746	-
Capital de Giro	1,29 a.m a	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro	4,03% a.m	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	7.759	5.520	-
Capital de Giro	TJLP 5,50% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	34	-
Capital de Giro	TJLP 18,16% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	3	-
Capital de Giro	GARANTIDA	Nota Promissória/Recebíveis	-	3.202	20.809	12.670	-
Capital de Giro	IPCA 0,84% a.m	Nota Promissória/Recebíveis	6.615	3.818	6.615	3.818	-
Capital de Giro	IPCA 12% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	18.866	-	18.866	-	-
Capital de Giro	TJLP 0,9864% a.m	Nota Promissória/Recebíveis	10.084	16.600	10.084	16.600	-
Capital de Giro	US\$ 12% a.a à 13% a.a	Form Note	5.691	4.790	5.691	4.790	-
Capital de Giro	Libor Semestral	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro	US\$ 1% a.a	Seguro de crédito	-	6.880	1.192	6.880	-
Capital de Giro	US\$ 9,90% a.a	Form Note	58.634	49.485	58.634	49.485	-
Investimento	TJLP 2,5% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	19.036	-	19.036	-	-
Finame	4,50% a.a	-	-	-	5.462	5.540	-
Leasing	2,27% a.a	-	-	-	1.715	-	-
Mútuo	-	-	-	-	-	10.239	-
Custos com transf. Financeiras	-	-	-	-	(2.749)	(611)	(5.601)
Total Circulante					486.233	251.421	758.546

Não Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
Arrendamentos Financeiros	100% CDI	Alienação Fiduciária	-	-	1.682	1.560	-
Adiantamento de Câmbio	12,3710% a.a	Próprio bem	-	-	41	-	-
Ativo Permanente	VC + 5,625% a.a	ACC	-	-	3.735	-	-
Ativo Permanente	CDI + 0,75% à	-	-	-	-	-	-
Ativo Permanente	0,8% a.m	Alienação Fiduciária	-	-	209	464	-
Ativo Permanente	CDI + 15,6314 a.a	Alienação Fiduciária	-	-	77	-	-
Ativo Permanente	TJLP + 0,4915%	Alienação Fiduciária	-	1.202	-	10.093	-
Ativo Permanente	TJLP + 0,4915%	Alienação Fiduciária	-	-	-	1.202	-
Ativo Permanente	1,6% a.m	Alienação Fiduciária	-	-	1.390	-	-
Ativo Permanente	7% a.a	Próprio bem	1.115	-	1.115	-	-
Ativo Permanente	IGPM 4% a.a	Alienação Fiduciária	-	15.538	-	15.538	-
Ativo Permanente	TJLP 2% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	17.836	-	17.836	4.442	-
Ativo Permanente	TJLP +5,5% a 14,00% a.a	Próprio bem	-	-	3.455	-	-
Capital de Giro	CDC Pré Fixada + 16,63% a.a	Próprio bem	-	-	48	-	-
Capital de Giro	115% do CDI	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	4.062	-
Capital de Giro	135% do CDI	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	2.813	-
Capital de Giro	CDI + 0,20% à 1,361% a.m	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	78.878	94.573	-
Capital de Giro	CDI + 0,40741 a 0,75% a.m	Alienação Fiduciária	-	-	9.624	-	-
Capital de Giro	CDI + 8,75% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	3.348	-	-
Capital de Giro	TJLP 5,50% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	61	-
Capital de Giro	TJLP 18,16% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	-	-	-	14	-
Capital de Giro	IPCA 0,84% a.m	Nota Promissória/Recebíveis	11.025	16.181	11.025	16.181	-
Capital de Giro	IPCA 12% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	39.304	-	39.304	-	-
Capital de Giro	150% do CDI	Nota Promissória/Recebíveis	20.017	24.000	20.017	25.188	-
Capital de Giro	Libor Semestral	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro	US\$ 1% a.a	Seguro de crédito	-	-	3.873	-	-
Investimento	TJLP 2,5% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	158.815	-	158.815	-	-
Finame	4,50% a.a	-	-	-	1.403	2.409	-
Leasing	2,27% a.a	-	-	-	8.490	-	-
Custos com trans. Financeiras	-	-	-	-	(2.774)	(2.900)	(3.637)
Total de Empréstimos e Financiamentos					245.338	54.021	360.728
					731.571	305.442	1.119.274
							894.396

Por Data de Vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em renegociação	426.518	229.067	426.518	491.871
Em até 12 meses	59.717	22.353	338.664	227.934
De 1 a 2 anos	49.736	12.484	132.923	108.452
De 2 a 3 anos	52.756	14.773	74.251	34.641
De 3 a 4 anos	19.775	17.253	22.977	21.361
De 4 a 5 anos	18.206	1.806	19.078	2.431
Acima de 5 anos	104.863	7.706	104.863	7.706
Total de Empréstimos e Financiamentos	731.571	305.442	1.119.274	894.396

Por Tipo de Moeda

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reais - R\$	667.246	244.287	1.029.329	785.000
Dólar Norte-Americano - US\$	64.325	61.155	89.945	109.396
Total de Empréstimos e Financiamentos	731.571	305.442	1.119.274	894.396

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 1,87 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1,6662 em 31 de dezembro 2010).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

Os financiamentos e empréstimos vencidos encontram-se em processo de renegociação visando a redução dos encargos financeiros.

A Inepar está pleiteando em ação judicial contra alguns bancos credores, a revisão de taxas contratuais, afastando-se cláusulas abusivas e cobranças ilegais. Os registros contábeis destes contratos foram ajustados para refletir as condições contratuais pleiteadas nas ações judiciais, sendo a diferença em relação aos valores pretendidos pelos bancos credores, reclassificada para provisão para contingências.

16.1 - Reestruturação da Dívida BNDES

Em decorrência de propostas enviadas e discutidas com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento e Social para reestruturação e equacionamento do passivo financeiro e em virtude do sucesso de negociações já concluídas como as da "put option"; do refinanciamento das debêntures da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A.; e, da liquidação das debêntures da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., todas com deságios de multa e mora, a Companhia, usando o mesmo critério das negociações já concluídas procedeu um ajuste nos cálculos de correção no contrato de financiamento de aquisição da participação acionária na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT. A Companhia espera concluir toda a negociação ainda em 2012.

NOTA 17 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA/CONSOLIDADO)

Na Controladora

Segunda emissão Inepar S.A. Indústria e Construções

A 4ª AGE de 9 de fevereiro de 1996 aprovou a emissão de 35.000 debêntures de série única, resgatáveis ou permutáveis por ações da empresa Inepar Telecomunicações S.A., totalizando o montante de R\$35.000. Esta emissão foi registrada na CVM com nº SEP/GER/DEB-96/25 em 14 de março de 1996. As debêntures foram totalmente integralizadas, 19.784 foram permutadas por ações da Inepar Telecomunicações S.A. e 9.362 foram resgatadas. Em 23 de julho

NOTA 21 - TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (a)	8.423	9.468	4.213	5.096
Cia. Siderúrgica Nacional (b)	18.853	18.950	18.853	18.950
ZF Hurt (c)	–	–	3.069	2.755
IESA Projetos, Equipam. e Montagens S.A. (d)	–	17.899	–	–
Penta Participações e Investimentos Ltda.	–	–	–	6.390
IESA Projetos, Equipam. e Montagens S.A.	80.143	–	–	–
Inepar Administração e Participações S.A.	55.780	–	55.780	–
MDC Assessoria	2.266	2.266	2.266	2.266
Outros	945	943	1.343	8.457
	166.410	49.526	85.524	43.914
Parcela Circulante	99.959	42.048	26.412	40.175
Parcela não Circulante	66.451	7.478	59.112	3.739

a) Valores devidos à Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (nova razão social da GE Hydro Inepar do Brasil S.A.), por conta da subscrição de 6.246.331 ações ordinárias efetuada em 04 de fevereiro de 2008, com vencimentos em 10 parcelas anuais, sendo a parcela inicial liquidada em 31/12/2008. Estes valores deverão ser liquidados com a prestação de serviços através do contrato existente e com o incremento de atividades que a nova fase da joint-venture irá proporcionar com o atendimento do mercado mundial de Hidro-Geração, o que representará um aumento considerável de horas contratadas na planta-fábrica de Araraquara.

b) Refere-se ao processo Judicial movido pela CSN, o passivo foi constituído em 1998 pela compra da participação da Fem, formando a Inepar-Fem Equipamentos e Montagens, atual Inepar Equipamentos e Montagens S.A.. Em 27 de março de 2009, foi assinado entre a Inepar S.A. Indústria e Construções e a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, instrumento particular de confissão de dívidas e outras avenças, definindo novos valores e condições de pagamentos.

c) Refere-se à importação de materiais utilizados na execução do contrato do Metrô-SP, pela controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A.. A empresa está negociando novas condições de pagamento, uma vez que os recebimentos dos eventos vinculados a estes equipamentos encontram-se paralisados (pelo Metrô) temporariamente.

d) Refere-se aos valores devidos a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. em função de assunção de créditos.

e) O valor de R\$ 55.980, refere-se a assunção da dívida da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. pela compra da participação na TIISA – Triunfo Ilesa Infraestruturas S.A..

NOTA 22 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

22.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Prej. Fiscais e Base Negativa Lei 11.941/09	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/ Reserva de Reavaliação	Atribuído e Revisão de Vida Útil	Custo	Total
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos Em 31 de dezembro de 2010	20.435	116.247	21.395	158.077	20.435	20.910	41.345	
Constituição dos Tributos	150	3.433	2.362	5.945	150	38.064	38.214	
Baixa dos Tributos	(624)	(119.680)	(1.089)	(121.393)	(624)	(559)	(1.183)	
Em 31 de dezembro de 2011	19.961	–	22.668	42.629	19.961	58.415	78.376	

	Controladora				Consolidado			
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Prej. Fiscais e Base Negativa Lei 11.941/09	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/ Reserva de Reavaliação	Impostos Atribuído e Lucros Estatais	Custo Revisão de Vida Útil	Total
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos Em 31 de dezembro de 2010	21.075	182.721	81.923	285.719	22.149	33.900	91.697	147.746
Constituição dos Tributos	4.185	29.239	16.088	49.512	150	4.269	53.029	57.448
Baixa dos Tributos	(1.076)	(211.960)	(51.616)	(264.652)	(1.572)	(2.545)	(40.648)	(44.765)
Em 31 de dezembro de 2011	24.184	–	46.395	70.579	20.727	35.624	104.078	160.429

2.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro Antes dos Tributos sobre o Lucro	(1.211)	48.151	29.661	81.159
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	–	(16.371)	(60.704)	(60.058)
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	2.599	(1.705)	12.382	33.450
Incentivos Fiscais	–	–	34	453
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.619	16.786	19.344	19.654
Outros ajustes	–	–	1.589	295
IRPJ / CSLL no Resultado	5.218	(1.290)	(27.355)	(6.206)
Tributos Correntes	3.993	–	(17.426)	(8.965)
Tributos Diferidos	1.225	(1.290)	(9.929)	2.759
Alíquota Efetiva	430,88%	2,68%	92,23%	7,65%

NOTA 23 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2011:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de Clientes	Mútuos	Mútuos	Mútuos
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	554	268	–	–
Penta Participações Ltda.	–	–	30.460	–
Inepar Equip. e Mont. S.A.	–	–	10.193	193
Ilesa Proj. Equip. Mont. S.A.	–	–	36.855	55.638
Inepar Trading S.A.	–	–	26.471	27.967
Afac Inepar Inovada	–	–	3.988	–
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	–	–	646	–
	554	268	108.613	83.798
	Dividendos		Títulos a Receber	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Inepar Equip. e Mont. S.A.	17.115	9.971	–	–
Ilesa Proj. Equip. Mont. S.A.	8.019	11.766	–	–
Inepar Administração e Participações S.A.	–	–	6.216	6.849
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	–	22.462	–	–
	25.134	44.199	6.216	6.849
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Títulos a Pagar	Mútuos	Mútuos	Mútuos
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ilesa Proj. Equip. Mont. S.A.	76.136	17.899	–	–
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	1.760	1.989	–	–
Inepar Energia S.A.	–	–	–	64.258
Inepar Administração e Participações S.A.	–	–	11.923	16.709
Demais Empresas	–	–	10	10
	77.896	19.888	11.933	80.977
	Títulos a Pagar		Títulos a Receber	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	–	–	6.664	7.478
Inepar Administração e Participações S.A.	–	–	55.780	–
Ilesa Proj. Equip. Mont. S.A.	–	–	4.007	–
			66.451	7.478
	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita de Aluguéis	1.864	1.727	–	–
	1.864	1.727	947	975
	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas Financeiras	–	–	–	–
Outras despesas	–	–	–	–
	2.090	–	–	–

Mútuos: A tabela a seguir, apresenta a movimentação de mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pós-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as empresas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

	ATIVO		PASSIVO	
	Saldo 2010	Adições/ Baixas	Variação Monetária	Saldo 2011
Empresas				
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	193	10.000	–	10.193
IESA - Proj. Equip. Mont. S.A.	55.638	(18.783)	(1.496)	35.359
Inepar Trading Ltda.	27.967	–	–	27.967
Penta Participações	–	30.065	395	30.460
Afac	–	4.634	–	4.634
	83.798	25.916	(1.101)	108.613
PASSIVO				
Inepar Energia S.A.	64.258	(64.310)	52	–
Inepar Administração e Participações S.A.	16.709	(4.808)	22	11.923
Demais Empresas	10	–	–	10
	80.977	(69.118)	74	11.933

Mútuos decorrentes dos títulos da dívida pública federal externa:

A controladora Inepar Administração e Participações S.A. transferiu ativos financeiros no montante de R\$ 1.421.324 (títulos lançados no exterior, da dívida pública federal externa), para a Inepar, pelo valor de face corrigido, que foram utilizados para garantia de liquidação de débitos de impostos federais (nota explicativa nº 18).

Conforme nota explicativa nº 7(a), a Inepar S.A. Indústria e Construções e suas controladas possuem em seus ativos o montante de R\$ 853.596 que está registrado no Ativo não circulante na rubrica de Direitos sobre títulos da Dívida Pública Federal Externa. O saldo remanescente de (R\$ 1.421.324 deduzido do valor de R\$ 853.596), perfaz o montante de R\$ 567.728 mutuado junto à controladora que poderá ser liquidado após a decisão judicial favorável sobre a compensação dos passivos tributários, ou com autorização em Assembleia Geral Extraordinária. Caso a decisão judicial da ação de compensação de tributos tenha uma sentença desfavorável ao pleito da empresa, este valor será devolvido a Inepar Administração e Participações S.A., não representando desembolso financeiro.

O montante de R\$ 489.030 foi transferido para a controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. em operação de aumento de capital.

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONTROLADORA)

A empresa está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos a empresa apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Controladora	
	Possível	Provável
Trabalhistas	1.294	30.529
Tributárias	60.233	8.417
Cíveis	275.401	33.404
	336.928	72.350

A seguir a movimentação das contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2010	11.600	10.208	34.990	56.798	26.705	12.375	36.204	75.284
Constituição de provisões	18.929	–	–	18.929	13.819	116	–	13.935
Reversão de provisões	–	1.791	(1.586)	(3.377)	–	–	(1.232)	(1.232)
Em 31 de dezembro de 2011	30.529	8.417	33.404	72.350	40.524	12.491	34.972	87.987

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Trabalhistas – reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Empresa, os riscos contingentes totais montam em R\$ 29.958 e a provisão constituída considera uma redução de 60% deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento. Neste semestre, efetuamos baixa de alguns processos que serão incluídos no Refis.

Processos em Discussão Judicial

a) A empresa foi parte em um processo arbitral instaurado contra terceiros, em um contrato de construção de uma usina hidrelétrica, em razão de surpresas topográficas e geológicas em que pretendia o ressarcimento pelos custos extra incorridos e adicional de prazo para execução, por circunstâncias imprevisíveis surgidas no curso da execução das obras civis de engenharia. Porém, ao invés de aduzir referida pretensão, o proprietário da usina rescindiu unilateralmente o contrato e tomou conta do canteiro de obras, apesar de que 95% das obras já se encontravam concluídas, pela própria Inepar, de acordo com relatório da ANEEL, sendo que os principais equipamentos estavam 100% atendidos e instalados, restando apenas uma pequena parte de montagem de alguns itens, juntamente com pequena parte de obras civis. Por iniciativa da Inepar foi instaurado procedimento arbitral, sendo que a proprietária da usina apresentou reconvenção, na qual pretendia receber as multas contratuais e ressarcimentos dos custos pagos a terceiros para a conclusão das obras. Com um voto (dos três votos) divergente (favorável à Inepar), mesmo com um extenso, sólido e consistente fundamento, reconhecendo o direito da Inepar, o resultado da arbitragem (2 X 1) previu sem nenhum conteúdo consistente, o ressarcimento à proprietária da usina por conta das multas contratuais e principalmente despesas que supostamente teriam sido gastas com terceiros para conclusão das obras. A alegação de que teriam sido suportados pela proprietária da usina para concluir 6,55% das obras, é superior aos valores pagos em favor da Inepar ou de seu direito de receber, na ordem de R\$ 130 milhões para executar 95% do contrato.

Diante de uma flagrante série de vícios identificados na sentença arbitral, e pelo próprio voto divergente citado acima, ingressou-se com ação de nulidade da sentença arbitral junto ao Poder Judiciário; e que na opinião dos assessores jurídicos da Inepar, estes entendem pelo êxito possível na mencionada ação judicial e com base nesta opinião, a Inepar não contabilizou uma provisão específica para esta demanda.

A Inepar obteve o reconhecimento da nulidade da decisão da arbitragem junto à 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por meio de recurso apresentado em execução da parte contrária. Esta decisão é ainda sujeita a recursos judiciais.

b) Em 1996, a empresa adquiriu o controle societário da Sade Vigesa Industrial e Serviços, a qual foi incorporada pela Inepar no ano de 2000, entidade que antes da aquisição era subsidiária integral da empresa Sade Vigesa S.A., empresa sem vínculo à Inepar. A empresa Sade Vigesa S.A. mantinha uma demanda em um processo de arbitragem, junto à empresa Spie Enertrans S.A. relativa a um empreendimento realizado em consórcio com a mesma, no ano de 1995.

Houve a publicação de sentença imputando indevidamente à Inepar a responsabilidade por tal fato, atribuindo um valor de sete milhões de dólares ao pleito.

A Inepar interps recursos tão logo tomou conhecimento do equívoco cometido; porém de acordo com informações atualizadas de nossos advogados, a Administração autorizou a efetuar o registro contábil na conta de provisão para contingência do valor de R\$ 24.483.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Capital Social e Destinação dos Resultados

O Capital Social integralizado é de R\$ 389.054, formado por 37.164.791 ações ordinárias e 58.495.139 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76. Nos exercícios de 2010 e no 1º trimestre de 2011, ocorreram as seguintes movimentações na conta do Capital Social:

279ª Reunião do Conselho de Administração de 31/01/2011

Foi autorizado pela desistência do pedido de realização do leilão das sobras de subscrição das ações, conforme aumento de capital deliberado pela 276ª Reunião do Conselho de Administração de 23/07/2010.

280ª Reunião do Conselho de Administração de 08/02/2011

Foi homologado o aumento de capital no montante de R\$ 125.774.014,03, com a emissão de 6.034.695 ações ordinárias e de 20.782.792 ações preferenciais.

b) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento nas empresas Penta Participações e Investimentos Ltda. e Guasor do Brasil Ltda., e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei 11.638/07, tendo em

NOTA 33 – INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Ofício Circular CVM nº 001/2007.

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita Operacional Líquida	1.536,4	1.425,6
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(1.246,8)	(1.181,0)
Lucro Operacional Bruto	289,6	244,6
(-) Despesas com Vendas	(30,1)	(20,1)
(-) Despesas Gerais	(163,3)	(144,4)
(+) Depreciação/ Amortização	16,3	14,1
(+) Outras Receitas e Despesas Operacionais	(65,5)	(4,8)
EBITDA	47,0	89,4
% s/ Receita Operacional Líquida	3,06%	6,27%

NOTA 34 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado	Geração & Eqtos	Constr. & Montagens	Outros	Comp. Reativa	lesas - Óleo & Gás	Infraestr. & Saneam.	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	271.751	5.029	255.089	19.009	915.602	70.013	-	1.536.493
Receita entre Segmentos								
Receita de Clientes	271.751	5.029	255.089	19.009	915.602	70.013	-	1.536.493
Depreciação e Amortização							(109.781)	(109.781)
Receitas Financeiras							361.611	361.611
Despesas Financeiras							(292.441)	(292.441)
Provisão IRPJ e CSLL							(27.355)	(27.355)
Lucro Líquido do Período							(5.993)	(5.993)

NOTA 35 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante	124.834	144.089
Clientes	(31)	(18)
AVP s/Clientes	124.803	144.071
Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	5.383	4.686
Fornecedores	(112)	(24)
AVP s/Fornecedores	5.271	4.662
Saldo de Fornecedores		

DIRETORIA EXECUTIVA:

Cesar Romeu Fiedler Diretor Presidente	Marco Antonio Bernardi Diretor Adm.-Financeiro	Ricardo Woitowicz Diretor Comercial	Dionísio Leles da Silva Filho Diretor de Relações com Investidores
---	---	--	---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho - PRESIDENTE	Di Marco Pozzo Jauneval de Oms	Valdir Lima Carreiro Carlos Alberto Del Claro Gloger	Cesar Romeu Fiedler José Joaquim Paifer
--------------------------------------	-----------------------------------	---	--

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Diretores e Acionistas da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

 A Administração da **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado nas notas explicativas 7, 18 e 23, a Empresa recebeu de sua controladora, ativos financeiros relacionados a direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 1.642.885 mil. Estão sendo pleiteados em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso. Nas demonstrações financeiras, a Empresa, do montante atualizado reduziu saldo de mútuo passivo, resultando no valor líquido de R\$ 238.277 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 853.595 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme descrito na nota explicativa 6, estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$ 107.587 mil na controladora e de R\$ 158.794 mil no consolidado está condicionada a conclusão dos processos judiciais e administrativos que estão em curso.

Conforme descrito na nota explicativa 13, a empresa mantém saldo de ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A.(sociedade incorporada) no montante de R\$ 162.374 mil (controladora e consolidado). O laudo técnico apresentado para fundamentação da manutenção deste ativo foi elaborado, baseado em informações fornecidas pela empresa Inepar S.A., por projeções de longo prazo elaboradas pelo Grupo Rede e por fontes públicas e disponíveis para acesso, não se responsabilizando a empresa responsável pela elaboração do laudo, pela precisão e acuracidade das informações recebidas. Adicionalmente, em verificação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 da empresa originária deste ágio (CEMAT), constatamos negativa de opinião no relatório dos auditores independentes. Dessa forma, em função das informações apresentadas no laudo e das demonstrações financeiras da CEMAT, concluímos pela incerteza da realização deste ativo.

Conforme descrito na nota explicativa 16.1, a empresa vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Em decorrência do sucesso na negociação de parte deste passivo, sem que houvesse a aplicação de multa e mora, procedeu ao registro da redução no montante de R\$ 110.195 mil de sua dívida em 31 de dezembro de 2011 relativo ao contrato de financiamento para aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Quando de nossos exames não foram apresentados suficientes documentos, assinados pelo BNDES que respaldem a formalização da operação.

A controlada INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. recebeu de sua controladora nos exercícios de 2001, 2002 e 2008, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 556.974 mil (409.072 mil em 2010), sendo que parte foi utilizada para aumento de capital e o restante registrado em um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 67.944 mil. Estão sendo pleiteados em vias judiciais o valor de cada título e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a este ativo financeiro dependem de decisões judiciais que estão em curso.

A controlada IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A., recebeu de sua controladora no exercício de 2005, ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal nos montantes atualizados de R\$178.796 mil (R\$93.830 mil em 2010) nas demonstrações financeiras individuais e R\$192.906 mil (R\$105.692 mil em 2010) nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo como contrapartida, inicialmente, um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$66.618 mil. Estão sendo pleiteados em vias judiciais o valor e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a estes ativos financeiros dependem de decisões judiciais que estão em curso.

Na controlada IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. estão registrados em contas a receber de clientes, Ativo não Circulante, valores correspondentes a pleitos fundamentados na manutenção do equilíbrio econômico financeiro de diversos contratos. A realização do montante de R\$50.332 mil (R\$51.932 mil em 2010) na controladora e consolidado está condicionada a conclusão dos processos judiciais e administrativos que estão em curso.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos MARTINELLI AUDITORES INDEPENDENTES datado de 30 de março de 2012, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Demonstração do Resultado
Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita Bruta – Ajuste	(5.993)	44.179
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	(31)	(18)
Receitas Financeiras	112	24
AVP Clientes	23	17
AVP Outros Créditos	-	-
Despesas Financeiras	(86)	(3)
AVP Fornecedores	-	-
AVP Outras Contas a Pagar	(75)	(2)
Ajuste dos Impostos Diferidos	21	(5)
Constituição do Ajuste		
Realização do Ajuste		
	(6.029)	44.192

Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente
NOTA 36 – OUTRAS INFORMAÇÕES
Reestruturação

A Inepar continua reestruturando seus passivos financeiros buscando alongar o perfil de sua dívida concomitantemente a uma política de desmobilização de diversos ativos e investimentos. Os passivos financeiros da Empresa estão garantidos, em sua maioria, pelos investimentos em coligadas.

Atendimento Ofício CVM

Em atendimento aos Ofícios/CVM/SEP/GEA-1/Nº 432/2011 e 433/2011, de 26 de dezembro de 2011, enviados pela CVM à Inepar S.A. Indústria e Construções e para a Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada), sobre os ajustes nas rubricas de contas a receber de clientes a faturar, Títulos da Dívida Pública Federal Externa e Bens destinados a venda, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento à decisão da CVM, através de seus assessores jurídicos conforme correspondências enviadas em 13 de janeiro de 2012, e aguarda no momento as análises pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Evento Subsequente (AQUISIÇÃO COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES)

No primeiro trimestre de 2012 será concluída a aquisição de 50% da participação no estaleiro da CBD (Companhia Brasileira de Diques) de propriedade da Inepar Administração e Participações S.A. (IAP), cujo processo se iniciou em fins de 2011. O pagamento pela aquisição se dará com títulos da dívida pública federal externa (TDP's) existentes em carteira. Esta aquisição é parte do Plano Geral de Reestruturação onde os controladores e fundadores da Inepar S.A. aprovaram por unanimidade transferir empresas com atividade operacionais que hoje estão ligadas a Holding IAP para a Inepar S.A. Ind. Construções.

A controlada IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. mantém investimentos com controle compartilhado na empresa TIISA – TRIUNFO IESA INFRA-ESTRUTURA S.A., cujas demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram disponibilizadas para nossos exames até esta data. Dessa forma, nossa opinião não abrange os valores dos investimentos e resultado líquido de equivalência patrimonial nessa empresa nos valores de R\$ 50.794 mil e R\$ 8.965 mil, respectivamente.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

 Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

 Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

 Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controlada em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme descrito na nota explicativa nº 13(i), a Empresa, em 2003, integralizou capital na controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados no valor de R\$ 33.042 mil e avaliação de acervo técnico em R\$ 20.610 mil.

Conforme descrito na nota explicativa nº 13(ii), a Empresa, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros.

Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Empresa é parte de processo em discussão judicial e, que diante de uma série de vícios no ato, impetrou ação de nulidade da sentença arbitral, obtendo decisão favorável na 18ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná.

O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. em 31 de dezembro de 2011 contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em coligada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) a Inepar Equipamentos e Montagens S.A., em 2003, integralizou capital na coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., detendo a participação de 23,5%. A integralização de capital foi efetuada mediante cessão de máquinas e equipamentos reavaliados (R\$ 13.564 mil) e avaliação de acervo técnico (R\$6.568 mil), representado por pessoal técnico transferido à coligada em 2004. Em 31.12.2011 a participação é de 25,40%.

 O nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. de 31 de dezembro de 2011, contém parágrafos de ênfase pelos seguintes assuntos: (a) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e (b) no exercício de 2005, foi constituída a empresa Controlada IESA Óleo & Gás S.A., cujo objetivo é a preparação da divisão de óleo e gás para busca de nova parceria/sócio tecnológica. A integralização de capital nesta controlada, ocorreu mediante a transferência de acervo técnico e aproveitamento de crédito de conta corrente de saldo de mútuo.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 36, a Empresa está negociando com as instituições financeiras e debenturistas a reestruturação de sua dívida objetivando o alongamento do perfil do seu endividamento, a redução de taxas de juros e a obtenção de carência para amortização. Está contemplada nestas negociações, a liquidação de dívidas por meio da cessão de ativos e investimentos de empresas controladas. Dependendo do êxito destas negociações e da geração de recursos advindos das operações, a Empresa poderá fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro, possibilitando assim, a manutenção da sua atividade operacional.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2012

CARLOS A. FELISBERTO
 Contador CRC(PR) nº 037293/O-9
MARTINELLI Auditores
 CRC(SC) nº 001.132/O-9


Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos, ênfases e ressalvas apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados. Curitiba, 30 de março de 2012

Adrian Monge Jara

Camille Curi

José Higino Buzcenko

Marcelo Alves Varejão

Pedro Adolpho Luiz Caldeira